



ELD



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVI — N.º 184

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — JANEIRO 1990 — 60\$00

I CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE

— LISBOA, 19 A 23 DE MAIO DE 1990 —



MÁRIO SOARES

**PRESIDE
À COMISSÃO
DE HONRA**

- **ADFA
RECEBIDA EM
BELÉM
PELO CHEFE
DE ESTADO**

LEI DE BASES DE REABILITAÇÃO

- **ADFA
PARTICIPA
COM DINAMISMO
E CRIATIVIDADE
NA SUA
REGULAMENTAÇÃO**

NOVA SEDE NACIONAL

- **7 DE FEVEREIRO — ADFA ASSINA CONTRATO DE
ADJUDICAÇÃO PARA COMEÇO IMEDIATO DA
1.ª FASE DA OBRA.**
- **PREVISTA PARA BREVE ASSINATURA DE PROTOCO-
LO COM MINISTÉRIOS DA DEFESA E DO EMPREGO.**
- **CAMPANHA DE FUNDOS:
GANHA A APOSTA DOS DOIS MIL CONTOS!**

VI COLÓQUIO DA IMPRENSA MILITAR

— ADFA participa e recebe visita do Director do «Jornal do Exército»

ASSEMBLEIAS-GERAIS DE DELEGAÇÃO

- Setúbal — 10 Fev. ● Bragança — 17 Fev.
- Faro — 23 Fev. ● Coimbra — 24 Fev.

RECTIFICAÇÃO

TENDO, DEVIDO A UMA «GRALHA», SAÍDO ERRADA A QUANTIA DE SUBSÍDIO ATRIBUÍDO À ADFA, PARA A NOVA SEDE, PELO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, AQUI SE RECTIFICA QUE O MESMO FOI DE CEM MIL CONTOS E NÃO COMO SAIU



Este mês destaque para a Portaria n.º 10/90, de Janeiro, dos Ministérios das Finanças e do Emprego e da Segurança Social, que faz o ajustamento dos valores do abono de família e demais prestações familiares, incluindo as dirigidas a crianças e jovens com deficiência.

Assim, diz a citada Portaria, no seu Art.º 5.º, depois de se indicarem os quantitativos do abono de família por cada descendente e terceiro descendente e seguintes, dos subsídios de aleitação, de nascimento, casamento e funeral:

«Prestações familiares a deficientes»

1 — O abono complementar a crianças e jovens deficientes é atribuído nos montantes mensais e dentro dos limites de idade seguintes:

- 4100\$00 até aos 14 anos;
- 6000\$00 até aos 18 anos;
- 8000\$00 dos 18 aos 24 anos.

2 — O montante do subsídio mental vitalício é igual ao que se encontra estabelecido para a pensão social do regime não contributivo de segurança social.

3 — O montante do subsídio por assistência de terceira pessoa é igual ao que se encontra estabelecido para o suplente de grande invalidez.»

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Decreto-Lei n.º 408/89, de 21 de Novembro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 268, Suplemento, de 21 de Novembro de 1989.

— Aprova o Plano Oficial de Contabilidade.

— MINISTÉRIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Portaria n.º 1012/89, de 22 de Novembro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 269, de 22 de Novembro de 1989.

— Fixa as tabelas do subsídio de renda de casa e de renda limite para vigorarem durante o ano civil de 1990.

— MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Portaria n.º 1013/89, de 22 de Novembro, publicada

no Diário da República, 1.ª Série n.º 269, de 22 de Novembro de 1989.

— Actualiza as pensões dos regimes geral e especial dos trabalhadores agrícolas e dos regimes não contributivos e equiparados.

— MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• Decreto-Lei n.º 419/89, de 30 de Novembro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 276, de 30 de Novembro de 1989.

— Define o regime de crédito especial para cooperativas de habitação e construção cujos empreendimentos se destinam a jovens.

— ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

• Lei n.º 101/89, de 29 de Dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 298, 2.º Suplemento, de 29 de Dezembro de 1989.

— Aprova o Orçamento do Estado para 1990.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Com o fim de convidar o Chefe do Estado a presidir à Comissão de Honra do I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique, foi a Direcção Central recebida, em Belém, no dia 25 de Janeiro, conforme se dá notícia mais desenvolvida noutra local.



Ministério da Defesa Nacional

Por ocasião da nomeação e recondução, respectivamente, do Ministro e do Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional, eng.º Carlos Brito e dr. Eugénio Ramos, a ADFA, através do Presidente da sua Direcção Central, enviou os seguintes telegramas de cumprimentos:

«Exm.º sr. Ministro da Defesa Nacional, eng.º Carlos Brito:

A ADFA felicita V. Ex.º pela posse do cargo de Ministro da Defesa Nacional convicta de que os problemas dos deficientes das Forças Armadas continuarão a merecer a atenção e empenhamento desse ministério, com vista à plena reparação moral e material que estes merecem por parte da Nação.»

«Exm.º sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, dr. Eugénio Ramos:

A ADFA felicita V. Ex.º pela recondução no cargo de Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, reforçando a confiança da ADFA na resolução das questões pendentes dos deficientes das Forças Armadas e construção da nova Sede social.»

MUNICÍPIO DE LISBOA

Também por ocasião da tomada do novo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, dr. Jorge Sampaio, foi enviado o seguinte telegrama ao novo edil:

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda V. Ex.º na tomada de posse do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e deseja total êxito no desempenho das funções, convicta de poder contar empenho de V. Ex.º, garantindo participação das Organizações Não Governamentais nas acções visando a plena integração das pessoas com deficiência, em geral, e deficientes militares, em particular.

O Presidente da ADFA.»



Actualização de vencimentos e outros

No âmbito das competências da Direcção Central em matéria de gestão de pessoal, foi decidido actualizar em 12% os vencimentos dos trabalhadores da ADFA, a partir de 01/01/90, conforme proposta do DAGEF.

Decidido ainda fixar em 450\$00 o valor mensal da «diuturnidade» para o corrente ano.



Decidido, igualmente, fixar em 350\$00 o subsídio diário de alimentação, para os trabalhadores da ADFA, a partir de 01/01/90.

(Da Comunicação de Serviço n.º 02/90).

Órgãos Sociais Centrais — reunião —

No passado dia 20 reuniram, na Sede, os Órgãos Sociais Centrais, com uma «agenda» bem preenchida, onde se destacaram os seguintes assuntos:

— Orçamento da ADFA para 1990;

— Marcação da reunião para a Assembleia Geral Nacional;

— Ponto relativo à construção da nova Sede Social da ADFA;

— Ponto da situação da preparação da Primeira Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique;

— Ponto da situação dos trabalhos da Revisão Estatutária.



Estatuto de Deficiente Militar — Comissão de Associados —

Na sequência das deliberações do III Congresso da ADFA, relativamente à criação do Estatuto do Deficiente Militar, foi decidido nomear uma Comunicação de Associados encarregada de elaborar uma proposta deste Estatuto, para ser oportunamente apresentada aos órgãos de soberania, devendo, no mais curto espaço de tempo, apresentar à Direcção Central uma proposta de trabalhos, com definição de princípios gerais a atingir e os «timings» respectivos, ficando esta Comissão composta pelos seguintes sócios:

- Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício;
- António dos Santos Carreiro e
- Abel dos Santos Fortuna.

Os apoios administrativos e outros necessários ao funcionamento desta Comissão serão garantidos pelo GOS.

(Da Comunicação de Serviço n.º 03/90).

Contactos oficiais



Para além da audiência referida acima, com o Presidente da República, a Direcção Central continuou os seus contactos com várias entidades, nomeadamente o Secretário de Estado da Defesa Nacional, do que se dá mais pormenores em reportagem própria.



ADFA na Imprensa Militar

Embora não seja uso fazermos referência ao aparecimento de notícias sobre a Associação em órgãos de Imprensa Militar, e porque o temos feito, algumas vezes, em relação à Comunicação Social civil, convém registar que, para além do artigo a que demos destaque em Novembro (Editorial em «Mais Alto»/F.A.), outro noticiário tem sido inserido em várias publicações, como se poderá ler na reportagem sobre o «VI Colóquio da Imprensa



Militar», numa outra página deste ELO.

Aliás, assinala-se desde já, em «Agenda», a visita feita à nossa Sede, em 24 deste mês, pelo Director do «Jornal do Exército», general Elmano Rocha, que se fez acompanhar do seu Chefe de Redacção, e nosso associado, major Machado Diniz.



Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento

Integrada nas V Jornadas sobre «Temas Actuais em Terapia do Comportamento», realizou a Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento, no dia 19 passado, no Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, uma mesa-redonda subordinada ao tema «Distúrbios pós-traumáticos do stress», para a qual foi convidado o presidente da Direcção Central, que esteve presente, fazendo-se acompanhar da dr.ª Paula Fração, psicóloga e assessora da ADFA.



Associação de Amizade Portugal-Cabo Verde

Tendo sido lançado, em Lisboa, o disco «Carta de Nha Cretcheu», da cantora Ana Firmino, a Associação de Amizade Portugal-Cabo Verde teve a amabilidade de enviar um convite à ADFA para estar presente.

TELEFONES DA SEDE

Dificuldade de obtenção de chamadas



Tem vindo a verificar-se uma certa queixa, por parte de alguns sócios, quanto à dificuldade de conseguirem entrar em contacto telefónico com os serviços da Sede.

Tendo em Abril deste ano sido publicado, no ELO, um aviso de alteração dos números de telefone, aqui se repete o mesmo, para obviar a possíveis enganos:

346 21 67 e 346 21 68



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8;

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 7500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e Armindo Roque.

INFORMAÇÕES AOS SÓCIOS:

IRS

Orientações para o preenchimento da Declaração Modelo 1

A Declaração Modelo 1 do IRS deverá ser apresentada até 28 de Fevereiro próximo em qualquer Repartição de Finanças e engloba rendimentos recebidos durante o ano de 1989 provenientes de trabalho dependente e/ou pensões.

Estão dispensados da sua apresentação os sujeitos passivos (o vulgar contribuinte) que em tal período tenham recebido, *exclusivamente*, rendimentos de pensões e desde que o seu montante anual não ultrapasse 750 000\$00 para solteiros, divorciados e viúvos, e 930 000\$00 para casados.

Os contribuintes que tenham recebido rendimentos de trabalho categoria A e sejam portadores de deficiência com um grau de desvalorização igual ou superior a 60 por cento, deverão, juntamente com a Declaração Mod. 1, apresentar o Anexo referente a Benefícios Fiscais, impressos estes fornecidos gratuitamente em qualquer Repartição de Finanças. A situação de deficientes e o grau de incapacidade a comprovar perante a administração fiscal, se tal for exigido, é feita pela simples exibição do cartão passado pela instituição militar.

Os deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento, por força do disposto no Art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, só estão sujeitas ao pagamento de IRS por metade dos rendimentos de trabalho auferidos; deste modo, metade de tais rendimentos é escriturado na Declaração Mod. 1 e a restante metade no Anexo respectivo, referente aos Benefícios Fiscais.

A dedução específica, para este tipo de rendimentos, é de 65 por cento do rendimento sujeito a imposto, com o limite máximo de 250 000\$00, podendo ser aumentado de 50 por cento no caso de deficientes com aquele grau de incapacidade, isto é, até ao limite máximo de 375 000\$00.

As pensões englobadas na categoria H não estão sujeitas a IRS até ao montante de 400 000\$00, ficando isentas por metade do excesso, até ao limite máximo de 1000 000\$00, incluindo os 400 contos da não sujeição. No entanto, na Declaração Mod. 1 a preencher, escriturar-se-á a totalidade da pensão anual recebida, tendo a Administração Fiscal, através do sistema informático de que dispõe, capacidade para o tratamento correcto deste tipo de rendimento.

As despesas a apresentar para dedução ao rendimento global líquido terão de ter, necessariamente, suporte documental que as justifique; e assim, se não há limite para as despesas de saúde a apresentar ou para as pensões a que o sujeito passivo esteja obrigado a pagar, já as despesas de educação gastas pelo próprio ou dependentes, o pagamento de lares de 3.ª idade para ascendentes, os juros e encargos de dívidas de empréstimos de habitação e saúde e os prémios de Seguros de Vida e Acidentes Pessoais, têm um limite global de 90 000\$00 para solteiros, divorciados e viúvos e 180 000\$00 para casados, podendo tais limites serem aumentados para 100 000\$00 e 200 000\$00, se o excesso corresponder, exclusivamente, a prémios de Seguros de Vida e de Acidentes Pessoais.

S. R.



Ministério das Finanças

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS
Mod. 1 - Trabalho dependente e Pensões

Informações complementares

No Orçamento Geral do Estado foram aprovados para o ano de 1990 novos limites para as deduções específicas dos rendimentos de trabalho, para o montante da isenção de pensões para o valor global das despesas com a educação, com lares para a 3.ª idade, com juros e encargos de dívidas sobre empréstimos para habitação e saúde e prémios de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais e ainda para as deduções referentes à situação familiar a efectuar à colecta do IRS, que não divulgamos no presente número do ELO para não criar confusões com os limites a aplicar aos

rendimentos do ano de 1989, e durante esta fase de entrega de Declarações. Garantimos, no entanto, a sua publicação em próximo jornal.

Entendemos, porém, e desde já, informar do limite mensal dos vencimentos recebidos por deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60 por cento que, por conjugação do Art.º 25.º do IRS com o Art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, não estão sujeitos a retenção na fonte por parte das entidades patronais.

Ficam, assim, isentos de retenção e nas condições indicadas, os seguintes rendimentos mensais:

— deficiente não casado:	
sem filhos.....	106 999\$00
com 1 filho	117 599\$00
com 2 filhos	127 699\$00
— deficiente casado, quando só ele trabalha:	
sem filhos.....	117 599\$00
com 1 filho	127 699\$00
com 2 filhos	139 199\$00
— deficiente casado, trabalhando igualmente o cônjuge:	
sem filhos.....	110 399\$00
com 1 filho	115 699\$00
com 2 filhos	121 499\$00

Nota final:

Chama-se a atenção para os sujeitos passivos de IRS, ainda que auferam rendimentos de trabalho dependente e/ou pensões, mas que sejam, também, titulares de quaisquer outros rendimentos sujeitos a esse Imposto, que deverão manifestar todos eles, em conjunto, somente na Declaração Mod. 2, que se prevê estar à venda, nas Tesourarias da Fazenda Pública, a partir de meados de Fevereiro, devendo ser entregue até ao dia 10 de Maio.

Aviso importante:

Em Fevereiro, nos dias 6, 13, 20 (3.ª-feiras) e 22 (5.ª-feira), das 18 às 20 horas, estarão a funcionar os serviços de secretaria da Sede, a fim de prestarem esclarecimento e apoio aos associados no preenchimento da Declaração Mod. 1 do IRS.



Quotas ADFA

Aproveita-se este bloco de informações para lembrar aos sócios que estão a pagamento as quotas de 1990, no valor de 200\$00/mês.

E uma das formas de dar mais força à Associação é, exactamente, pagando as quotas!



CRÉDITO HABITAÇÃO SEGURO DE VIDA

Tendo a Companhia de Seguros Fidelidade, com quem os associados da ADFA mantém um «seguro de grupo — Vida», em função de crédito à habitação, através da Apólice 11/5000248, feito um estudo estatístico sobre a mesma, entendeu passar a aplicar, somente, uma taxa anual uniforme, de 6/1000, independentemente da idade do aderente e dos anos do empréstimo.

Desta medida, que se não beneficiar directamente 100% dos segurados, certamente que o fará a 95%, foi dado conhecimento individual, por correio, chamando a ADFA a atenção de todos para a necessidade de responderem, no mais curto prazo, ao pedido feito na Circular respectiva, de forma a que a seguradora possa introduzir, no seu sistema informático, as alterações verificadas.

Informam-se também os novos possíveis aderentes, ou aqueles que pretendam transferir qualquer outro seguro pessoal que tenham, para este de «grupo», que deverão contactar as agências da companhia Fidelidade (convém indicar o n.º da Apólice, já acima citado) ou a Sede da ADFA (Armando Alves), dentro das normais horas de expediente.



Assinatura do ELO

Distribuído gratuitamente aos associados com quotas em dia, o ELO pode ser assinado por qualquer outra pessoa, a um preço quase simbólico de 500\$00/ano.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos serão acrescidos dos respectivos «portes», a saber: Europa — 1200\$00; fora da Europa — 1500\$00; Países Africanos de língua portuguesa — 900\$00.

NOVOS CARTÕES DE BENEFICIÁRIO DA ADME

Tendo sido aprovado, por Despacho do General CEME, de 20JAN90, um novo modelo para o cartão de beneficiário da ADME, informam-se os interessados que enquanto não se concretizar a total substituição dos cartões até agora em vigor, ambos os modelos coexistirão, procedendo-se à sua substituição em conformidade e ao ritmo de situações decorrentes de mudança de situação ou perda de validade.

Acordos ADME

— estabelecimentos privados

Através da Nota-Circular n.º 2, de 10JAN90, do Departamento de Finanças do EME, somos informados de alguns acordos celebrados com entidades privadas, de que se dá conhecimento aos beneficiários interessados:

a) — Análises clínicas

AVELAB (Laboratórios Médicos de Análises Clínicas, Ld.ª) — Sede em Aveiro e «postos de recolha» em mais de duas dezenas de localidades — encargos a 100% ADME;

MARIA TERESA PATROCÍNIO, Ld.ª — Torres Novas — encargos a 100% ADME;

b) — Fisioterapia (Medicina Física e Reabilitação)

CLINAGUE (Clínica de Med. Fis. Reab. de Águeda, Ld.ª) — Águeda;

CEFIC (Centro Clínico de Med. Fis. Reab. de Carcavelos, Ld.ª) — Carcavelos;

GINASIOTERAPIA (Fisiatria e Recuperação, Ld.ª) — Leiria;

CLARIS (Medicina Física e Recuperação, Ld.ª) — Sintra;

ALGARFÍSICO (Clínica de Fisioterapia do Algarve, Ld.ª) — Portimão;

CENTRO DE MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO DE FARO, Ld.ª — Faro;

... encargos: consultas — 850\$00/ADME e 500\$00/benef.; tratamentos — 100% ADME;

c) — Óculos de correcção visual e outras próteses oculares

HORÓPTICA, Ld.ª — Lisboa — encargos conforme participação directa segundo tabelas da ADME. Em outros artigos os beneficiários suportarão 10%, para além de 15% em aros e lentes.

SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Calendário de actividades para 1990 — férias e repouso

Para conhecimento dos interessados se dá conta do calendário dos turnos de funcionamento das actividades sociais acima indicadas:

a) Centro de Recuperação de Porto Santo — (23 turnos, de 7JAN a 25NOV — s/ indicação das datas de inscrição — períodos de 2 semanas);

b) Colónias de férias para agregados familiares no LAM — (6 turnos, de 1JUL a 30OUT — data limite para entrada dos boletins de inscrição, 28FEV — períodos de 14 dias completos);

c) Colónias de férias infantis, Forte das Maias (Oeiras) — (2 turnos, de 17JUL a 16AGO — data limite, 30ABR — períodos de 2 semanas);

d) Centro de Repouso do Lar de Veteranos Militares, Runa — (17 turnos, de 5MAR a 10DEZ — data limite, dia 15 do mês anterior ao início do turno pretendido — períodos de 15 dias) e

e) Centro de Repouso para idosos e reformados do LAM — (12 turnos, de 2MAR a 17DEZ — data limite, dia 15 do mês anterior ao início do turno pretendido — períodos de 13 dias completos).

As inscrições são feitas na 3.ª Repartição dos SSFA.

DELEGAÇÕES — NÚCLEOS

No ELO de Novembro fizemos sair uma lista completa das Delegações da ADFA, com moradas e telefones, fazendo ainda menção a alguns dos Núcleos existentes.

A fim de que fique, realmente, com a «dimensão» actual da Associação, voltamos a publicar essa mesma relação, mas completando-a com os endereços dos Núcleos.



SEDE

Palácio da Independência
Largo de S. Domingos (Telefs. 346 21 67/8)
1194 LISBOA Codex

NÚCLEOS:

- Alcobaça** — ao c/ sr. Silvío Marques Lourenço
R. Eng.º Duarte Pacheco, Bl. 3-3.º eq.
2460 ALCOBAÇA
- Cascais** — ao c/ sr. Armando Guedes da Fonte
Qt.ª Lúcia, Edifício B, r/c
2750 CASCAIS
- Peniche** — ao c/ sr. Horácio Anacleto da Luz
Câmara Municipal de Peniche
2520 PENICHE
- Santarém** — ao c/ sr. Silvío Jorge Rodrigues
Av. 5 de Outubro, 20
2000 SANTARÉM
- Tomar** — ao c/ sr. José Paulo Valente dos Santos
R. Angela Tamagnini, 11 r/c eq.
2300 TOMAR

BRAGANÇA

B.º F. de Fom. Hab. 20, r/c (Tel. 073/2 24 12)
5300 BRAGANÇA

CASTELO BRANCO

R. Dr. Ruivo Godinho, 2 (Tel. 072/2 12 01)
6000 CASTELO BRANCO

COIMBRA

Av. Fernão de Magalhães, 429 (Tel. 039/2 77 12)
3000 COIMBRA

ÉVORA

R. das Força Armadas (Tel. 066/2 34 73)
7000 ÉVORA

FARO

R. de S. Pedro, 30 (Tel. 089/2 85 15)
8000 FARO

FUNCHAL

Bairro da AJuda, loja 4 (Tel. 091/6 51 71)
9000 FUNCHAL

PONTA DELGADA

R. Ernesto do Canto, 22 (Tel. 096/2 2 2 21)
9500 PONTA DELGADA

PORTO

R. Pedro Hispano, 1105 (Tel. 02/82 04 03)
4200 PORTO

NÚCLEO:

Chaves — Forte de S. Francisco
5400 CHAVES

SETÚBAL

R. Almeida Garret, 70 (Tel. 065/2 97 50)
2900 SETÚBAL

VILA NOVA DE FAMALICÃO

R. Adr. Pinto Bastos, 96-98, r/c (Tel. 052/2 28 48)
2760 V. N. FAMALICÃO

NÚCLEO:

Guimarães — Largo Martins Sarmiento, 51 r/c,
Apartado 146
4801 GUIMARÃES CODEX

VISEU

R. José Branq., Q. B. V., Dt.º (Tel. 032/2 76 45)
3500 VISEU

NÚCLEO:

Guarda — Av. S. Miguel, Bl. 6-1.º Dt.º
6300 GUARDA

FARO

FESTA DE NATAL

Como noticiado, a Festa de Natal da Delegação de Faro realizou-se em 16 de Dezembro passado, com grande participação de associados e familiares, tendo havido «comes e bebes» à discrição, a que se seguiu animado baile.

O espectáculo foi abrilhantado, tal como no ano passado, por Pedro Miguel Martins Rodrigues. Tendo ainda tocado o seu acórdão, um filho, de dez anos, A. Miguel, do nosso consócio 9880.

Junta de Freguesia de S. Pedro

Em mais uma prova das excelentes relações do Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro com esta Delegação, foi por aquele responsável oferecida uma mesa/secretária, e respectiva cadeira, para as instalações, o que muito apraz registar e reforça os laços de amizade existentes.

PORTO

Férias na Europa

Com assinalável interesse por parte dos sócios, têm sido bastantes os pedidos de informação mais pormenorizados sobre a planeada excursão de férias campistas pela Espanha, França e Suíça e de que se deu notícia no «ELO» de Dezembro.

Recordemos que a mesma terá lugar em Agosto deste ano, poendo as inscrições serem feitas, para a Delegação (Secretaria), até ao dia 28 de Fevereiro. Aprese-se!

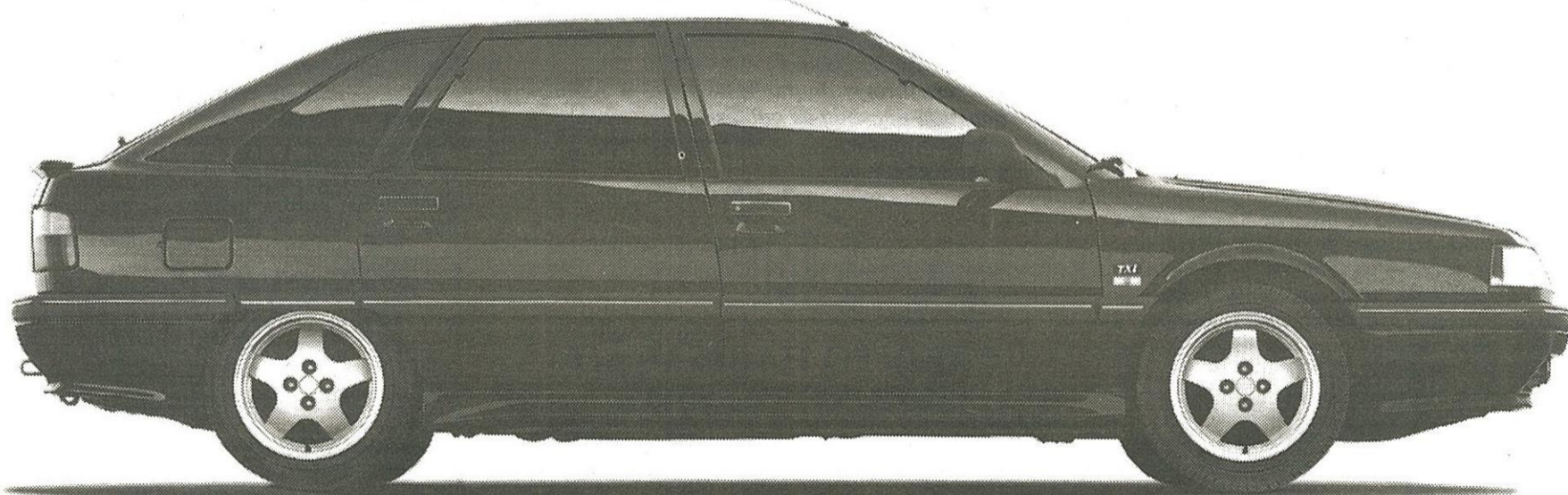
ADMISSÃO DE ESCRITURÁRIO(A)

Delegação de Viseu

- HABILITAÇÕES: 9.º ano de escolaridade ou equivalente.
- Conhecimentos de Contabilidade.
- Prática de Dactilografia.

As respostas, com «curriculum» pormenorizado, devem ser dirigidas à Associação dos Deficientes das Forças Armadas — Secção de Pessoal — Palácio da Independência, Largo de S. Domingos, 1194 LISBOA CODEX, até ao dia 10 de Fevereiro de 1990.

O OUTRO RENAULT 21



U

Um Renault 21 diferente por fora, com as suas linhas dinâmicas, actuais, envolventes; linhas que não deixam ninguém indiferente.

Um Renault 21 diferente por dentro, com a sua habitabilidade interior única, os seus bancos traseiros rebatíveis assimetricamente, o requinte dos seus novos revestimentos e a notável integração do seu painel de bordo inteiramente redesenhado.

Garantia anticorrosão de 6 anos.
Modelo apresentado — Renault 21 Bicoloro TXI (a comercializar durante 1990).

Um Renault 21 diferente ao volante, com o estilo inconfundível da sua condução, possibilitado pela raça das suas novas motorizações e pelo maior apuro tecnológico das existentes.

*Para quem já viu e conduziu, é assim o novo Renault 21 Bicoloro. E para si?
Não há como ver e experimentar. Venha ao seu Concessionário Renault confirmar que existe outro Renault 21 — O novo Renault 21 Bicoloro.*

RENAULT

Renault 21 - A escolha adulta

Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telef. 850 00 58



DELEGAÇÕES

FARO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Faro, nos termos do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia **23 de Fevereiro de 1990, pelas 18 horas**, nas suas instalações, sitas na Rua de S. Pedro, 30, em Faro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Apreciação, e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1989.
- Diversos.

Faro, 12 de Janeiro de 1990.

O Presidente da M.A.G.D.

José António P. dos Santos Morte

COIMBRA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os associados da Delegação de Coimbra para uma Assembleia Geral Ordinária, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, a realizar no dia **24 de Fevereiro de 1990, pelas 14 horas**, nas suas instalações, sitas na Av. Fernão de Magalhães, 429, em Coimbra, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Apresentação e discussão do Relatório de Actividades e Contas relativo ao exercício de 1989.
- Informações.

Coimbra, 12 de Janeiro de 1990.

O Presidente da M.A.G.D.

Dr. José F. Guerra

SETÚBAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

Nos termos e para efeito do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convocam-se os sócios da área desta Delegação, no pleno gozo dos seus direitos, para uma Assembleia Geral Ordinária, no dia **10 de Fevereiro de 1990, pelas 14.30 horas**, na sede da Delegação, sita na Rua Almeida Garrett, 70, em Setúbal.

Setúbal, 15 de Janeiro de 1990.

O Presidente da M.A.G.D.

José da Silva Pinto Faria

BRAGANÇA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Bragança, nos termos do n.º 1 do Art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia **17 de Fevereiro de 1990, pelas 14 horas**, na sua Sede, sita no Bairro do Fundo de Fomento da Habitação, 20 r/c, em Bragança, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Apreciação e votação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos a 1989;
- Outras informações.

Bragança, 25 de Janeiro de 1990

O Presidente da M.A.G.D.

António Eugénio Fernandes

APOIO A IMPORTAÇÃO DE VIATURAS

Os sócios da Delegação do Porto da ADFA, ou os seus familiares, interessados na importação directa de viaturas de qualquer marca, deverão contactar a mesma, a fim de obterem as necessárias indicações e outros apoios que os seus serviços estão aptos a proporcionar.

A Sede da Delegação é na Rua Pedro Hispano, 1105 e o telefone o n.º (02) 82 04 03.

Venda de viaturas para deficientes

Documentação necessária

Deficientes civis (ao abrigo do Dec.-Lei 235/D de 1 Jun. 83)

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo Centro de Saúde da Área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças como esteve isento.

Deficientes das Forças Armadas (ao abrigo do Dec.-Lei 43/76 de 20 Jan. 76)

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de contribuinte autenticadas pelo notário.

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: Primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Na Delegação do Porto, os sócios que pretendam adquirir viatura da marca «Renault» poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, das 10 às 16 horas, nas instalações da mesma, devendo, no entanto, telefonar antecipadamente, através do número 829744, para que seja feita a marcação de entrevista.



e as rádios locais

Como já referido em números anteriores, nomeadamente aquando da divulgação de uma carta do nosso Director, em Setembro último, dirigida às Delegações e aos Núcleos, solicitando-lhes informações sobre rádios locais, está o ELO interessado em iniciar contactos com estes meios regionais de comunicação social, pelo que, recebidas algumas respostas e feito algum trabalho de pesquisa, começou agora a enviar correspondência às já referidas e referenciadas.

Vamos, seguidamente, transcrever o n/ ofício 192/DEJE/89, para conhecimento dos nossos leitores, motivando-os para que, dentro das razões expostas nele, se interessem em, na sua zona de residência, tentar contactar a rádio local que os serve, motivando, por sua vez, os seus responsáveis para a problemática dos deficientes e para o exposto pela ADFA na sua carta.

Independentemente desta acção, poderão os nossos leitores informar os serviços do ELO das diligências que tenham feito ou pensarem fazer, ou indicando nomes e moradas para contactar.

«É reconhecido, pela

sociedade portuguesa, o papel válido, meritório e, quase sempre, abnegado das rádios locais, na formação e informação das populações a que se dirigem, Espargida, por todo o espectro radiofónico nacional, a sua voz é entendida pelos ouvintes como algo que lhes toca, e diz mais respeito, que as distantes, macrocéfalas e sem rosto rádios de expansão nacional.



Decidiu, assim, a Direcção do Jornal ELO, órgão de informação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, publicação mensal, editado regularmente há 15 anos, iniciar uma campanha de sensibilização junto das rádios de âmbito local e regional, no sentido do fornecimento e troca de informações referentes à problemática da deficiência em geral e à que mais restritamente concerne aos deficientes Militares.

A renovação de mentalidades, tarefa titânica mas não utópica, se incumbe às associações de e para deficientes e aos organismos oficiais e privados que nos forneça material passível de publicação referente à temática da deficiência, o que poderá ser efectuado através da nossa Sede, Delegações ou

bre o equacionamento, implementação e resolução dos seus problemas, de igual modo, e como um imperativo, compete a toda a comunicação social onde se inserem as rádios locais e regionais, fontes de informação vivas e ricas, com audiência atenta e sensível, entre todos os estratos sociais das suas áreas de expansão radiofónica. Afigura-se, assim, de superior importância a simbiose e conjugação de esforços em tal matéria, entre o triângulo composto pelas associações de e para deficientes, pelos organismos oficiais e privados que à sua temática se dedicam e pela comunicação social, difusora privilegiada de toda a temática e problemática das pessoas portadoras de deficiência.

Numa primeira fase, enviaremos a V. Exa. as edições do nosso jornal, e dispostos que estamos a fornecer mais informação escrita ou por intervenção directa na rádio que dirige, agradecemos que nos solicite informação entendida por necessária ou que nos forneça material passível de publicação referente à temática da deficiência, o que poderá ser efectuado através da nossa Sede, Delegações ou

Núcleos, conforme relação que enviamos em anexo.

A ADFA, pela sua dinâmica dentro do movimento de deficientes em Portugal, com assento no Conselho Nacional de Reabilitação e representante de Portugal na Federação Mundial dos Antigos Combatentes, sediada em Paris, senhora dum já larga experiência no campo da reabilitação e reintegração de deficientes, espera deste modo, e numa profícua troca de informações com a Rádio que V. Exa. dirige, prestar um serviço à comunidade em geral e



aos deficientes em particular, no sentido da nossa sociedade se encontrar mais correctamente informada sobre os problemas dos deficientes, para que entre estes e aquela se faça cada vez mais suavemente uma serena interpenetração.

Com a maior consideração e estima subscreve-se,

O DIRECTOR DO ELO»

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5 Campus 3 p	869 412\$00	1 157 261\$00
Renault 5 Campus 5 p	917 911\$00	1 214 005\$00
Renault 5 TL Saga 3 p	959 720\$00	1 326 289\$00
Renault 5 TL Saga 5 p	1 008 080\$00	1 382 870\$00
Renault 5 GTR 3 p	1 032 766\$00	1 475 143\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 080 481\$00	1 530 970\$00
Renault 5 GTX	1 226 760\$00	1 834 917\$00
Renault 5 GTD	1 373 852\$00	2 349 831\$00
Renault 19 TR 3 p	1 185 507\$00	1 659 700\$00
Renault 19 TR 5 p	1 248 781\$00	1 733 731\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 255 216\$00	1 868 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 317 629\$00	1 941 064\$00
Renault 19 TSE	1 488 846\$00	2 141 388\$00
Renault 19 GTD	1 575 386\$00	4 139 093\$00
Renault 19 Chamade TR	1 261 144\$00	1 748 196\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 343 982\$00	1 971 897\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 518 623\$00	2 176 227\$00
Renault 19 Chamade GTD	1 606 894\$00	4 179 918\$00
Renault 21 Tricorpo GTL	1 607 543\$00	2 290 244\$00
Renault 21 Tricorpo TSE	1 885 105\$00	3 015 301\$00
Renault 21 Tricorpo GSD	1 814 741\$00	4 423 099\$00
Renault 21 Tricorpo TDX	2 175 143\$00	6 682 605\$00
Renault 21 Bicolor GTL	1 607 543\$00	2 290 244\$00
Renault 21 Bicolor GTS	1 571 997\$00	2 648 965\$00
Renault 21 Bicolor GSD	1 814 741\$00	4 423 099\$00
Renault Nevada GTS 5 lug.	1 683 474\$00	2 779 393\$00
Renault Nevada GTS 7 lug.	1 745 853\$00	2 852 376\$00
Renault Nevada TDX 5 lug.	2 155 425\$00	6 659 535\$00
Renault Nevada TDX 7 lug.	2 231 366\$00	6 748 386\$00
Renault 25 T.DX	3 373 261\$00	8 089 803\$00
Renault Espace T.DX	3 562 705\$00	8 311 452\$00
Renault Express GTC 5 l	1 246 516\$00	1 661 840\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 156 506\$00	1 556 529\$00

Transferência + Transportes = R 5 — 12.500\$00; R 19 — 17.500\$00; R 21 — 20.885\$00; R 19 CHAMADE — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, compre através da ADFA. Tratamos toda a documentação. Informe-se na Sede ou nas nossas Delegações.

I ENCONTRO DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE

— A dinâmica da ADFA a

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA
RECEBE DIRECÇÃO CENTRAL DA ADFA
NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO
DO «I ENCONTRO DE ANTIGOS COMBATENTES
DE PORTUGAL, ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE**

Estando já praticamente assegurada a realização do «I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique», conforme se dá notícia mais desenvolvida noutra local deste mesmo ELO, foi solicitada uma audiência ao Presidente da República, com vista a dar conhecimento pormenorizado, ao dr. Mário Soares, da organização e convidar o Mais Alto Magistrado da Nação e Comandante Chefe das

des da Fonte, Manuel Patuleia Mendes e Artur Vilares, foi recebida, em Belém, pelo Chefe de Estado, que se encontrava acompanhado pelo Chefe da sua Casa Militar, general Carlos Azeredo.

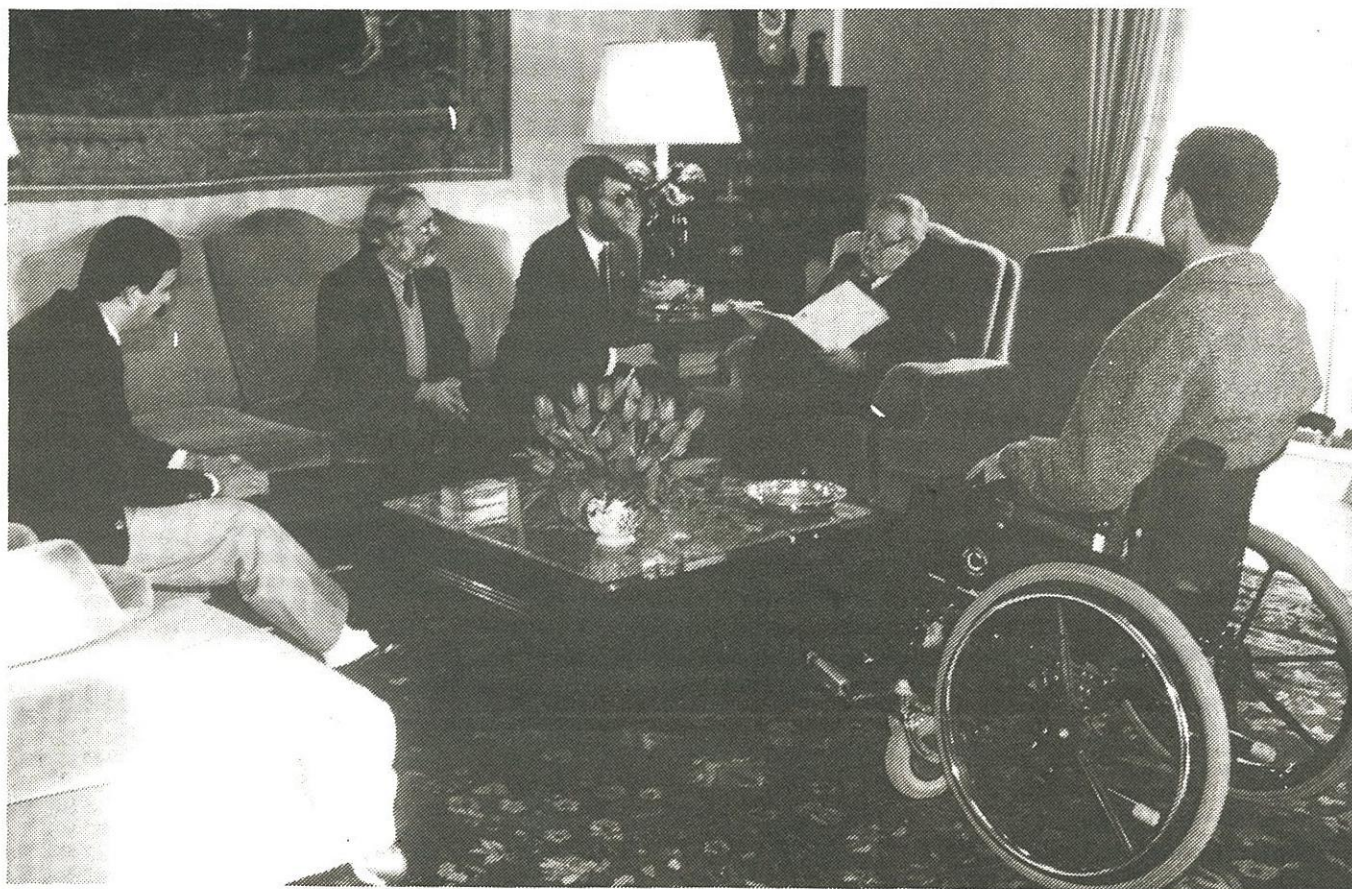
Em primeiro lugar, e ao entregar ao dr. Mário Soares um «memorandum» completo de todo o processo até aqui realizado, o Presidente da DC realçou que se este «Encontro» há muito estava pensado, foi, sem dúvida, a

entusiasmo, o convite feito, mostrou a máxima disponibilidade para os apoios que possa conceder, dando particular atenção quer à esperada presença dos Embaixadores dos países africanos intervenientes, quer à prevista cerimónia de homenagem aos combatentes mortos durante a guerra, qualquer que fosse a sua «trincheira».

Seguindo-se uma troca de impressões sobre outras questões, a Di-

ção, tendo sido, então, reforçado pelos representantes da ADFA, que ao Estado, e à sociedade, compete reconhecer que o deficiente é uma pessoa com um papel activo, perfeitamente consciente do que é capaz, do que quer e do que pode dar, como o será qualquer outro cidadão, pelo que as autoridades o têm que ouvir e agir conforme.

Antes de terminar a audiência, o dr. Mário Soares reafirmou a sua



suas Forças Armadas, para presidir à respectiva «Comissão de Honra» e também à sessão Solene de Abertura.

Assim, no passado dia 16, deste mês, a Direcção Central da ADFA, representada pelos seus presidente, vice-presidente, 1.º e 2.º secretários, respectivamente associados José Arruda, Armando Gue-

«Mensagem» que o Presidente da República dirigiu à Associação, por ocasião do seu III Congresso, um dos factores determinantes para um avanço mais rápido no caminho da concretização de tal ideia/ideal.

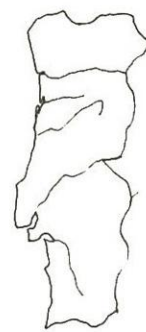
Em aposta, o Chefe de Estado, que aceitou imediatamente, e com

recção Central não quiz deixar de referir as palavras que ainda recentemente o dr. Mário Soares proferiu por ocasião do Congresso Nacional de Reabilitação, considerando a necessidade e a Justiça, de se dar voz às organizações e associações de e para pessoas deficientes, no que concerne à política nacional de reabilita-

vontade de se manter a par das várias iniciativas e actividades da Associação e não só do «Encontro» estando disponível para os contactos ao seu alcance, sugerindo uma maior ligação da ADFA à Presidência da República, especialmente através da sua Casa Militar e do general Carlos Azeredo.

I ENCONTRO DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE

Continuando em bom ritmo os preparativos para a realização do «I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique», encontrando-se já garantidos os apoios necessários e calendarizadas as várias sessões de traba-



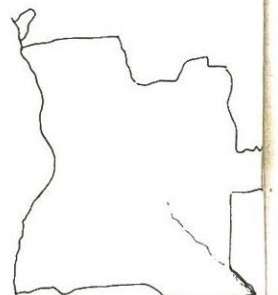
lho e diversas manifestações sociais, foi altura de concretizar o convite ao Chefe de Estado para presidir à Comissão de Honra e à Sessão Solene de Abertura, o que foi aceite, como se dá notícia mais destacada noutra local do ELO.

Entretanto, a Direcção Central, na sua reunião de 17 deste mês, decidiu nomear, no âmbito da criação da necessária estrutura organizativa do «Encontro», uma «Comissão Executiva», que ficou assim constituída:

• Presidente da Direcção Central — José

Eduardo Gaspar Arruda;

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional — António Reis Santos;
- Presidente do Conselho Fiscal Central — José dos Santos Ramos;
- Presidente da Delegação do Porto — José dos Santos Rodrigues Teixeira;
- Membros do Conselho Nacional por Lisboa — Manuel Lopes Dias; António dos Santos Carreiro; Mário Soares Dias;

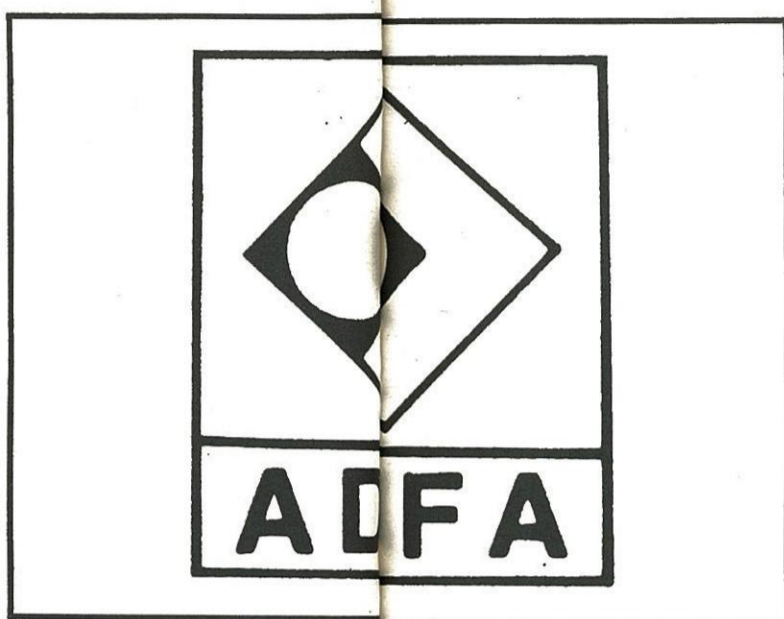


• Director do Centro de Reabilitação da ADFA — Jerónimo Dias de Sousa.

Foi decidido, tam-



DE ANTIQUOS CO ANGOLA, GUINÉ ADFA ao serviço



I ENCONTRO DE ANTIQUOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE

Continuando em bom ritmo os preparativos para a realização do «I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique», encontrando-se já garantidos os apoios necessários e calendarizadas as várias sessões de traba-



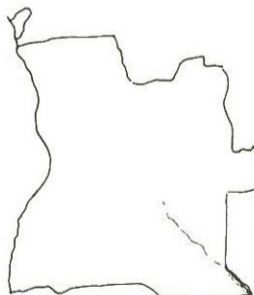
lho e diversas manifestações sociais, foi altura de concretizar o convite ao Chefe de Estado para presidir à Comissão de Honra e à Sessão Solene de Abertura, o que foi aceite, como se dá notícia mais destacada noutra local do ELO.

Entretanto, a Direcção Central, na sua reunião de 17 deste mês, decidiu nomear, no âmbito da criação da necessária estrutura organizativa do «Encontro», uma «Comissão Executiva», que ficou assim constituída:

- Presidente da Direcção Central — José

Eduardo Gaspar Arruda;

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional — António Reis Santos;
- Presidente do Conselho Fiscal Central — José dos Santos Ramos;
- Presidente da Delegação do Porto — José dos Santos Rodrigues Teixeira;
- Membros do Conselho Nacional por Lisboa — Manuel Lopes Dias; António dos Santos Carreira; Mário Soares Dias;



- Director do Centro de Reabilitação da ADFA — Jerónimo Dias de Sousa.

Foi decidido, tam-

bém, nomear um «Secretariado» para a conferência, sendo seus elementos:

- Responsável pelo GOS (que coordena) — Manuel Lopes Dias;
- Responsável pelo DAGEF — João Manuel Sarmiento Coelho;
- Responsável pelo DAJAS — Francisco Benavente Marcelino.

Prosseguem, por outro lado, diversos contactos com vista ao apoio logístico necessário, e fundamental, para o êxito de qualquer organização deste género, destacando-se, pela sua importância, a Fundação Calouste Gulbenkian, as Câmaras Municipais de Lis-

boa, Cascais e Sintra e o Penta Hotel.

Em relação a presenças, para além das várias Delegações (podendo haver, para além das «oficiais», outras como «observadoras»), virão a este «Encontro» o Secretário-Geral da FMAC — Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra —, os Presidentes da Comissão Africana e Comissão de Mulheres da mesma Federação, assim como o Presidente da Fede-



ração Mundial de Antigos de Guerra, esperando-se ainda resposta a alguns outros convites.

Finalmente, prosseguem as diligências e contactos para a constituição da restante «Comissão de Honra» e também os estudos para a criação do «logotipo» do Encontro.



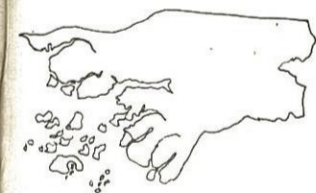
ANTIGOS COMBATENTES GUINÉ E MOÇAMBIQUE o serviço da Cooperação —



ANTIGOS COMBATENTES GUINÉ E MOÇAMBIQUE

também, nomear um «Secretariado» para a conferência, sendo seus elementos:

• **Responsável pelo GOS** (que coordena) — *Manuel Lopes Dias;*



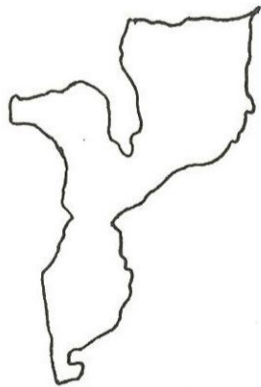
• **Responsável pelo DAGEF** — *João Manuel Sarmento Coelho;*

• **Responsável pelo DAJAS** — *Francisco Benavente Marcelino.*

Prosseguem, por outro lado, diversos contactos com vista ao apoio logístico necessário, e fundamental, para o êxito de qualquer organização deste género, destacando-se, pela sua importância, a Fundação Calouste Gulbenkian, as Câmaras Municipais de Lis-

boa, Cascais e Sintra e o Penta Hotel.

Em relação a presenças, para além das várias Delegações (podendo haver, para além das «oficiais», outras como «observadoras»), virão a este «Encontro» o Secretário-Geral da FMAC — Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra —, os Presidentes da Comissão Africana e Comissão de Mulheres da mesma Federação, assim como o Presidente da Fede-



ração Mundial de Cegos de Guerra, esperando-se ainda resposta a alguns outros convites.

Finalmente, prosseguem as diligências e contactos para a constituição da restante «Comissão de Honra» e também os estudos para a criação do «logotipo» do Encontro.

Nova Sede, I Encontro de Antigos Combatentes e Legislação, alguns dos assuntos tratados pela DC/ADFA em nova audiência com o Secretário de Estado da Defesa Nacional

Em dia 25 deste mês de Janeiro, o Secretário de Estado da Defesa Nacional recebeu, mais uma vez, a Direcção Central da ADFA, representada pelos seus Presidente, 1.º e 2.º Secretários, respectivamente sócios José Arruda, Patuleia Mendes e Artur Vilares, no âmbito dos contactos regulares que vêm sendo mantidos entre as suas entidades. Aproveitando a ocasião para, de viva voz, reforçar os cumprimentos pela sua recondução no cargo, José Arruda informou o dr. Eugénio Ramos do «ponto da situação» relativo à Sede, referindo que, embora ainda não formalizados os apoios prometidos por outros departamentos governamentais, que não a Defesa, se vai avançar para o contrato de adjudicação da 1.ª fase da obra, já em meados de Fevereiro, de forma a que os trabalhos se possam ainda iniciar no mesmo mês.

Passando-se ao assunto do I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique, a DC fez entrega de um «memorando» actualizado sobre o actual es-

tado de organização deste importante acontecimento, do qual, entre outras indicações constavam previsões de custos, e opções várias, conforme os apoios a receber, tendo também o Secretário de Estado sido informado de que o Presidente da República havia aceite presidir à Comissão de Honra, assim como à Sessão Solene de Abertura, estando agora pedidas outras audiências, nomeadamente com o 1.º Ministro e com os Ministros da Defesa, do Emprego e Segurança Social e da Saúde, com vista a integrarem a citada Comissão.

A questão que foi tratada seguidamente foi a da legislação e de alguns processos pendentes, tendo a Direcção Central reforçado o seu empenhamento em ver tratado o problema dos «grandes deficientes em serviço», assim como dada resposta definitiva às Propostas que a delegação portuguesa levou à V Conferência sobre Legislação / FMAC, em Bad-Ischl. Foi também apresentada documentação relativa «à conservação e atribuição de nacionalidade portuguesa aos

deficientes das Forças Armadas oriundas das ex-colónias», bem como «à atribuição de qualificação de DFA's, com carácter de urgência», dossier esse que pretende que sejam defendidos, e salvaguardados, os interesses daqueles que, nascidos nas ex-Províncias Ultramarinas, se deficientaram ao serviço de Portugal, não tendo, por motivos vários, podido beneficiar do constante nos DL/319/84 e DL/267/88, ou os que, tendo Processos pendentes, pretendem regressar, logo que possível, às suas terras de origem. Sobre o falado «Estatuto da Aposentação», a DC considerou que o Ministério da Defesa Nacional deve ter uma palavra a dizer na sua elaboração, já que ele afectará muitos deficientes militares, pelo que a própria ADFA gostaria de dar o seu contributo, tendo informado haver solicitado ao Secretário Nacional de Reabilitação que procurasse acompanhar a questão, no âmbito do seu papel de defender os interesses dos deficientes portugueses, em geral.

Finalmente foi abor-

dado o problema do Lar Militar, pedindo a DC ao dr. Eugénio Ramos que o seu Ministério nomeie o mais urgentemente possível o seu representante na respectiva Comissão Técnica, a fim de que esta possa começar a funcionar. É que já são muitas as solicitações, e necessidades, sentidas pela Associação e seus associados, havendo já elaboradas várias propostas a fazer, no sentido de um máximo aproveitamento das instalações e potencialidades do Lar.

Ao longo de toda a troca de informações e impressões, o dr. Eugénio Ramos mostrou enorme interesse por todos os problemas apresentados, estando a par da urgência e gravidade de todos eles, afirmando o seu empenho pessoal em que sejam encontradas as soluções adequadas, dizendo, nomeadamente, por exemplo, que espera, antes que a proposta de legislação sobre agravamento de deficiência vá a Conselho de Ministros, o que poderá acontecer em breve, que dela seja dado conhecimento à ADFA a fim de poder dar o seu parecer.

ADFA cria «Comissão de Reabilitação» no âmbito da sua participação na regulamentação da respectiva Lei de Bases

Conforme noticiado no ELO de Dezembro, a ADFA foi convidada a participar como membro do Conselho Nacional de Reabilitação, numa sua «Comissão Técnica», no sentido do estudo, e proposta, de regulamentação da Lei 9/89 — Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração

das Pessoas com Deficiência.

Assim, e no contexto até das deliberações do III Congresso, foi nomeada uma «Comissão de Reabilitação da ADFA» que integra, para além do Presidente da Direcção Central, os seguintes elementos e conforme os diversos Grupos de Trabalho previstos:

— **Saúde:** major Lopes Dias e comdt. Henrique Mendonça;

— **Educação:** Armindo Roque;

— **Segurança Social:** José Arruda e major Jorge Maurício;

— **Formação Profissional e Emprego:** dr. Jeró-

nimo de Sousa e dr. Sarmento Coelho;

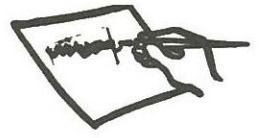
— **Transportes, Habitação e Urbanismo:** eng.º António Teixeira e Alberto Pinto;

— **Fiscalidade:** Armando R. Alves e Francisco B. Marcelino;

— **Cultura, Desporto e Recreação:** José Carlos Pavoeiro.



ESCREVEM OS SÓCIOS...



...do PORTO

Em «Escrevem os sócios...», continuamos a participação do sócio Noronha, do Porto, que agora nos envia a segunda parte do seu

«CONTRIBUTO PARA DEBATE SOBRE A REVISÃO ESTATUTÁRIA»

«Neste segundo artigo, e conforme o meu prévio compromisso, vou abordar o tema: *Clarificação dos grandes objectivos da ADFA e das suas linhas de orientação* — matéria a que se referem os Artigos 4.º e 5.º dos actuais Estatutos. Digo clarificação, porque é minha convicção que, no nosso III Congresso, foi a diferente interpretação do âmbito desta matéria que originou um confronto de opiniões mais aceso e algum assumir de posições mais polémicas. É por isso e porque creio que o actual Art.º 2.º, quando refere a ADFA como uma pessoa colectiva de direito privado e *Utilidade Pública*, é por todos entendido no mesmo sentido, quer no que respeita aos direitos e deveres da ADFA perante a sociedade quer no que respeita aos desta perante a ADFA, julgando necessária uma afirmação mais clara e coerente dos princípios que servem de base à definição dos nossos objectivos.

— No que respeita aos seus sócios os Estatutos estão perfeitamente claros: os sócios são a primeira razão e a primeira preocupação da ADFA.

— Relativamente aos deficientes militares que, ainda, não são sócios, temos tido uma prática de abertura, apoio e mobilização para a acção. É preciso afirmar de uma forma mais clara que também eles estão no cerne das nossas preocupações e a nossa acção é, também, no sentido de dar solução aos seus direitos.

— Quanto ao Universo dos Deficientes teremos, penso eu, que introduzir um princípio novo na definição dos nossos objectivos, neste âmbito, que designarei como «Princípio da Solidariedade Activa», o que implicará da nossa parte, não só a manifestação de apoio para com os outros deficientes mas, e principalmente, de assumirmos sempre que possível responsabilidades na conquista dos direitos que cada deficiente tem de poder realizar-se como pessoa humana.

Neste aspecto temos tido acções importantes, como sejam a luta por uma «política nacional de reabilitação»; a criação de Centros de Reabilitação, sem perspectivas de lu-

cro, abertos a todos os deficientes, etc. Também podemos referir a nossa participação na FMAC, dentro deste princípio da Solidariedade Activa.

Em conclusão: é evidente que no apoio, defesa e promoção dos interesses específicos dos seus sócios, a ADFA deverá nortear a sua acção para eles; é evidente que quando estiverem em causa interesses gerais dos deficientes militares, a acção da ADFA, terá que ser norteada tendo em conta todos eles; é evidente que quando estiverem em causa interesses gerais dos deficientes, a acção terá que ser perspectivada numa forma integrada; é evidente que a ADFA não poderá assumir atitudes contrárias aos direitos legítimos dos seus sócios.

Assim balizada a orientação da acção da ADFA, se assumirmos que compete às organizações de deficientes participarem na busca e na construção das soluções que visem a plena integração, com vista a uma vida autónoma e a uma realização como pessoa, e se assumirmos que compete ao Estado criar as condições para a sua efectivação, teremos dado um passo importante na clarificação dos nossos objectivos.

Se à ADFA compete participar na busca e na construção de soluções para os deficientes, então nos pontos 1, 2 e 3 do Art.º 5.º onde se lê «*poderá*», deve ler-se «*deverá*». Para terminar este meu artigo direi, em jeito de confissão, que ele será totalmente supérfluo, se preferirem ler, com atenção o tema da MAGN — REABILITAÇÃO/INTEGRAÇÃO, apresentado pelo Reis Santos ao III Congresso.

Para todos um BOM ANO».

Noronha

...de LISBOA

...também sobre a revisão estatutária

«RUIR DAS PIRÂMIDES»

A revisão estatutária em curso é algo da maior importância para a vida da ADFA, direi mesmo que dela dependerá em grande parte a sua sobrevivência como associação viva, eficaz e interveniente.

Toda a sociedade mundial se encontra numa fase de profunda mutação. Estamos a assistir a um fenómeno que tem

comparação com o da Renascença no Séc. XV e o aparecimento da Imprensa, mas com uma envergadura muito maior, direi mesmo que é um acontecimento mais importante

que a descoberta da escrita.

A era industrial já ficou para trás e estamos actualmente em plena era da informação. Em Portugal, devido ao seu atraso estrutural, as incidências destas modificações ainda não se fizeram sentir tão fortemente como em outras sociedades mais evoluídas mas, inevitavelmente, os seus efeitos serão sentidos dentro de muito pouco tempo.

Mercê destas alterações, estamos a assistir em todo o mundo ao «RUIR DAS PIRÂMIDES», sistema de organização social que está implacavelmente condenado à extinção a todos os níveis, seja no da organização do Estado, da Família, das Empresas, quer de Associações como a ADFA.

A expansão da informação vai dar acesso ao estudo e investigação a milhões de pessoas, de uma forma que seria impensável há uns anos atrás. Por esse motivo, o elemento humano, o homem por si próprio, pelas suas capacidades individuais, pela sua imaginação e poder criativo, será um elemento cada vez mais importante e decisivo na organização da sociedade. Por isso, a teoria da *organização racional* das empresas está cada vez mais a ser posta em causa e *abandonada como obsoleta*, porque os economistas e gestores têm vindo a verificar por experiência própria, a sua ineficácia, estando mo-

dernameamente a adoptar-se sistemas cuja filosofia reside na importância cada vez maior que deve ser dado ao elemento humano. A estrutura piramidal está a dar lugar à estrutura em rede e esta terá tanto mais êxito quanto os nós desta rede se articularem, sendo as decisões tomadas em conjugação multifacetada e interdisciplinar.

Sendo assim, só é possível a sobrevivência a quem se organize nesta base.

Partindo do atrás exposto, parece evidente que a estrutura da ADFA se deve adaptar aos tempos modernos, tendo em conta o actual perfil dos seus sócios e as suas futuras necessidades, que serão cada vez maiores, uma vez que as pressões se desvalorizam sistematicamente, mas sobretudo porque a capacidade que cada um de nós terá em angariar meios de subsistência será cada vez menor, devido ao agravamento das deficiências adquiridas, como também a questões que se prendem com uma menor capacidade de resistência física, resultante dos efeitos secundários provocados por múltiplas operações, assim como pelas consequências do «stress» de guerra de que ainda hoje são desconhecidos os efeitos, se bem que se comecem a evidenciar cada vez mais.

A ADFA beneficia de uns excelentes estatutos, como diz o nosso camarada Noronha, em carta dirigida ao ELO e publica-

da no número anterior, mas precisam de conter maior rigor e precisão, de forma a operar uma verdadeira descentralização e não uma descentralização envergonhada, como acontece actualmente e que está na origem de múltiplos problemas latentes, geradores de conflitos que se arrastam há muitos anos e impeditivos da acção mais aberta e numerosa por parte dos sócios e das diversas estruturas organizativas centrais e regionais.

Como diz o nosso camarada Maia, «somos hoje uma máquina muito pesada», eu diria mesmo que nos estamos a transformar numa «repartição pública», emperrada por imensos problemas burocráticos por onde se disseminam as energias e o espírito criativo. As relações associativas têm vindo gradualmente a ser substituídas por relações administrativas, numa cadeia de responsabilidades onde o espírito tecnocrático se sobrepõe ao da sã e profícua discussão de diferentes pontos de vista e de um aconhimento mobilizador das propostas e iniciativas que surgem dos mais variados sectores: de animação cultural, desporto, tempos livres, assistência social, formação profissional, formas alternativas de organização que possam complementar a estrutura da própria ADFA, colaboração de outras entidades, etc.

Como diz o Noronha, considero que a discussão sobre a revisão estatutária está a ser mal conduzida;

o movimento está a realizar-se de cima para baixo, quando deveria ser feito de baixo para cima. Este método de actuação é, aliás, historicamente característico da ADFA e que se pode observar na resolução dos grandes problemas associativos, sendo um dos motivos fundamentais do prestígio que hoje a ADFA tem junto dos mais variados sectores da população. Foi na ADFA que se formou a primeira comissão de luta em Portugal, as bases, ultrapassando as cúpulas, encetaram um movimento reivindicativo onde pela primeira vez os Deficientes portugueses se puseram de pé, tornando-se agentes activos da sua própria reabilitação e exigiram que lhes fosse institucionalmente reconhecido o direito à diferença.

Em conclusão, a revisão estatutária deve apontar essencialmente para uma maior descentralização, atribuindo responsabilidades e competências maiores, definidas estatutariamente, quer aos órgãos regionais, quer aos diversos departamentos, imprimindo-lhes dessa forma mais eficácia, maior poder de resolução e maior rapidez na implementação das suas iniciativas, libertando desta forma os órgãos centrais para um mais aprofundado trabalho nas grandes questões associativas.

ARMINDO ROQUE
Sócio 272

Correspondência

Em primeiro lugar, nesta nossa secção de conversa com os nossos leitores, a referência para a carta do sócio Edmundo Pereira da Silva (n.º 1800), que transcrevemos:

«Assinante do «O JORNAL DA PROVÍNCIA» (até porque sou natural de Anadia), já não é a primeira vez que este Jornal tem publicado notícias relacionadas com os deficientes.

Porque nesta sua edição n.º 260 de 31 de Dezembro p. p. insere três artigos do mesmo âmbito, creio que a ADFA bem poderia, através do nosso Jornal «ELO», louvar, com uma pequena notícia que fosse, a atitude tomada pela Administração e Redacção do «O JORNAL DA PROVÍNCIA».

O desejo da ADFA e dos «seus» deficientes, nem sempre tem sido compreendido pelas pessoas que tinham essa obrigação (os nossos governantes) pelo que sou de opinião que a ADFA de-

veria realçar a posição tomada por este Jornal no campo dos deficientes em Portugal.

Com os meus melhores cumprimentos.

Edmundo Silva

NOTA: Junto o original do «O JORNAL DA PROVÍNCIA» para que a Direcção da ADFA veja até que ponto este Jornal se preocupa com a problemática dos deficientes em Portugal.»

E na realidade ELO pôde comprovar a informação do nosso associado, já que no exemplar recebido de «O Jornal de a Província», são vários os artigos que referem deficientes, a saber, na pág. 2, «SEIA — Município integra deficientes» (e cabe aqui, também, uma chamada de atenção para a decisão da autarquia local de integrar deficientes em diversos dos seus Serviços), na pág. 5, no espaço «O Jornal da Bairrada», os títulos «Escola de Deficientes Mentais é realidade em Anadia» e «Oitocentos mil deficientes em Portugal».

Agradecemos ao sócio Edmundo da Silva o cuidado tido, terminamos dizendo que é com exemplos como o deste quinzenário que contamos para dar ainda mais força à ideia do nosso Director de que à Comunicação Social regional e local está destinado, se os seus responsáveis disso se capacitarem, um papel extremamente importante na descentralização da informação, levando-a a todos os pontos do País.

Bem haja, pois, «O Jornal da Província».

Na segunda parte do «correspondência» de hoje, vamos transcrever a carta recebida do nosso sócio n.º 676, António Alho:

«Como sócio e Deficiente das Forças Armadas costumo ler o nosso jornal que V. Exa. dirige.

Ultimamente tenho lido nos jornais diários e semanários diversos referenciais ao novo estatuto remuneratório das Forças Armadas ao qual, segundo o Decreto-Lei n.º 43/76, estamos vinculados.

Tudo seria fácil para a minha compreensão se o referido Decreto fosse aplicado na íntegra, ou seja, que me fosse contado o tempo no posto em que fui reformado, de acordo com o artigo 9.º do Decreto-Lei 43/76.

Ora, no meu entender, acontece que esse Decreto foi revogado, se não já teria sido contestada essa ilegalidade.

Como sócio gostava de ver no jornal ELO, a posição dos responsáveis da ADFA, acerca deste assunto, pois estamos a ser espoliados de direitos que afinal são mínimos em relação àquilo que cumprimos.

Com os melhores cumprimentos pela atenção dispensada.»

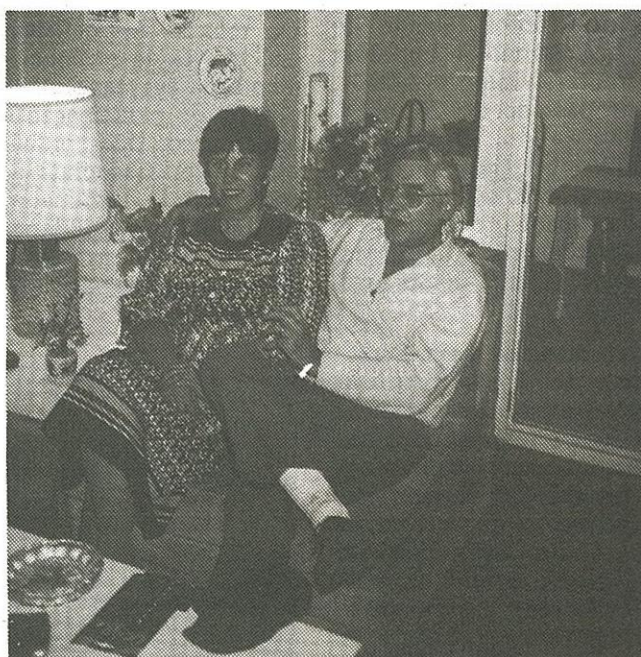
António Frederico Alho

A este associado, e agradecendo a sua carta, apenas poderemos dizer que entregámos uma cópia ao Departamento próprio que, certamente, irá ter em consideração as questões levantadas, dando-lhes a resposta adequada, em devido tempo.

Olá Portugal! Fala-vos o casal Pereira, daqui, de Hamburgo!

Conforme noticiado na reportagem sobre o 15.º aniversário do «ELO» (Nov. 89), recebemos uma cassette audio com uma interessante conversa entre o casal Pereira, residente em Hamburgo e visita habitual aos deficientes portugueses internados no Hospital Militar daquela cidade alemã, e um grupo dos mesmos, na altura aí em tratamento.

Não só por não ser muito fácil «traduzir para jornal um tal tipo de amena cavaqueira, em que muitas vezes as vozes se cruzam e confundem, mas também por que espaço é coisa que tem faltado no jornal, ao contrário de trabalho para a pequena equipa que o elabora, não foi possível começar a transcrição, como prometido, no «ELO» de Dezembro. E indo, este mês, pelo mesmo caminho, entendeu-se que, pelo menos, poderíamos começar com uma pequena, digamos, introdução, de forma a não atrazarmos mais a divulgação de tão simpático trabalho.



Assim, são intervenientes na conversa, para além do casal Pereira (Maria Domingas e José Ernesto Gonçalves Pereira), em casa de quem tudo se passa, os nossos sócios António Manuel Pereira Neves, António Joaquim Magalhães Alves e Armando Ramos Alves, para além do 1.º Sarg.º Enfermeiro João Paulo Alves Neves,

«acompanhante», do HMR 2.

Conforme a descreveu Armando Alves, a «entrevista» pode-se considerar estruturada na seguinte sequência: historial dos contactos e ligações do casal Pereira aos DFA's que passaram pelo H. M. Hamburgo; observação e opinião do casal Pereira sobre a necessidade e in-

teresse da deslocação de DFA's ao HMH para tratamento de recuperação e colocação de próteses, ortóteses e sapatos ortopédicos, além da necessidade eventual de intervenções cirúrgicas; convite da ADFA ao casal Pereira para um encontro/convívio, em 1990, com DFA's que tenham passado por Hamburgo e por ocasião da sua vinda a Portugal, de férias; complemento do segundo ponto, com a opinião dos DFA's António Alves e António Neves.

Principiando a conversa, o «entrevistador» refere que ela é um contributo dos que se encontram, no momento, em Hamburgo, para o 15.º aniversário do «ELO», estando, como em tantas outras ocasiões, em casa da família Pereira.

Entrevistador: «Vou começar por me dirigir à Domi porque julgo saber que é quem primeiro começou por visitar o Hospital».

Portanto, Domi, gostava que...».

Continua

«Distúrbios pós-traumáticos do stress», em Mesa Redonda

Reportagem de A. Roque

Organizadas pela Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento (A. P. T. C.), decorreram no Hospital Júlio de Matos, nos dias 19, 20 e 21 de Janeiro as «Jornadas Portuguesas de Terapia do Comportamento».

Estas jornadas debruçaram-se sobre a análise da terapia comportamental, método que tem vindo a ser cada vez mais utilizado em certa contraposição com os métodos clássicos a que estamos habituados, em que o paciente se deita na marquesa e vai despejando os seus traumas freudianos. Em terapia comportamental é muitas vezes adoptada a terapia em grupo onde os pacientes se confrontam com os traumas passados e trocam experiências ocorridas em situações semelhantes conseguindo desta forma uma libertação de problemas que provocam a depressão.

O dr. Afonso de Albuquerque, Secretário Científico destas jornadas é uma das mais prestigiadas figuras neste campo e tem vindo desde alguns anos a trabalhar na investigação e aperfeiçoamento deste método. Como Director



de Psicoterapia Comportamental tem prestado uma especial atenção ao «Distúrbio pos-traumático do stress de guerra» e desde há dois anos que

vem trabalhando em estreito contacto com a ADFA.

O Presidente da ADFA foi convidado para assistir à Mesa Redonda que decorreu nas jornadas subordinada ao tema «Distúrbios pós-traumáticos do

Stress» apresentado pela dr.ª Edite Saraiva que também tem trabalhado com deficientes das Forças Armadas, nomeadamente na ADFA.

A ADFA fez-se representar por José Arruda e pela dr.ª Paula Frazão.

Durante a sua exposição Edite Saraiva explicou o trabalho que se tem vindo a realizar e dos resultados positivos que numa maneira geral se operam. Tendo-se debruçado particularmente sobre os ex-combatentes afirmou que se muitos problemas se podem despoletar por efeitos imediatos em que o paciente se vê confrontado na sua vida quotidiana, quando aprofundada a análise descobrem-se muitas vezes as causas remotas provocadas pelo stress de guerra cujas consequências só são perceptíveis às vezes anos depois.

É caso para perguntar quantos nós não sofremos deste «SIDA» sem sabermos que temos esses fantasmas da guerra. Atenção se tiveres muitos pesadelos de guerra previne-te antes que seja tarde de mais.

SÓCIOS FALECIDOS

JOSÉ DE MELO MATOS, sócio n.º 9260, natural e residente em Alquebim, concelho de Albarcelos, faleceu no passado dia 28 de Setembro de 1989, devido a fracturas múltiplas do crânio.

Sócio com 8 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Leiria aquando do rebentamento de um detonador.

Deixa viúva a Snr.ª D. Irene da Conceição Bastos e 1 filho.

JOSÉ DE JESUS MOREIRA, sócio n.º 8064, natural de Pousos e residente em Arrabal, concelho de Leiria, faleceu no passado dia 10 de Outubro de 1989, devido a fractura da coluna vertebral cervical.

Sócio com 28 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique ao pisar uma mina A/P.

Deixa viúva a Snr.ª D. Maria Isabel Martins Moreira e 2 filhos.

ANTÓNIO SILVA CAMPOS, sócio n.º 3203, natural e residente em Cercal do Alentejo, concelho de Santiago do Cacém, faleceu no passado

dia 13 de Outubro de 1989, devido a cirrose hepática.

Sócio com 65 por cento de desvalorização sofreu o seu acidente em Moçambique.

Deixa viúva a Snr.ª D. Maria Isaura da Conceição Jesus.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P. V. P.
2 CV	677 913\$00	866 049\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 095 949\$00
AX 10 TRE 5 PORTAS	961 551\$00	1 255 949\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 211 149\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 266 949\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 311 949\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 371 949\$00
AX 14 TRS 3 PORTAS	972 482\$00	1 496 949\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 561 948\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 671 948\$00
AX GT 5 PORTAS	1 181 986\$00	1 741 949\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 681 919\$00
BX 11P1	1 174 630\$00	1 576 949\$00
BX 11P2	1 210 617\$00	1 619 054\$00
BX 14 RE P1	1 301 544\$00	1 881 949\$00
BX 16 TRS P1	1 481 390\$00	2 460 159\$00
BX 16 TRS TRS P2	1 541 595\$00	2 530 598\$00
BX 16 TRS P3	1 721 095\$00	2 740 613\$00
BX 16 RS P1 (BREAK EVASION)	1 567 971\$00	2 561 458\$00
BX 16 RS P2 (BREAK EVASION)	1 696 681\$00	2 712 049\$00
BX 16 GTI	2 115 399\$00	3 201 949\$00
DIESEL		
AX 14 RD 5P	1 113 375\$00	1 662 142\$00
AX 14 D (ENTERPRISE)	1 090 469\$00	1 282 178\$00
BX 19 TRD P1	1 707 823\$00	4 322 486\$00
BX 19 TRD P2	1 871 796\$00	4 514 335\$00
BX 19 TRD P3	2 102 004\$00	4 783 678\$00
BX TRD TURBO	1 972 585\$00	4 466 773\$00
BX 19 RD (EVASION) P1	1 727 299\$00	4 345 274\$00
BX 19 RD (EVASION) P2	1 856 351\$00	4 496 264\$00
C 15 D (FOURGON)	1 273 085\$00	1 495 839\$00
C 25 1400 (STANDARD)	1 795 745\$00	2 107 351\$00
C 25 D 1800 GV	2 038 394\$00	2 391 250\$00

— A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 contos e os 52, conforme o modelo.

— Os sócios interessados em Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12.30 h, às 14 h, através dos Telef. 346 21 67 e 859 50 16 após as 19 horas. A. PINTO.

Outras informações: horas de expediente

Viaturas OPEL

MODELO	PR. BASE	P. V. P.
MODELO CORSA		
GT 1.4 3P	1 133 300\$00	1 725 734\$00
SW 1.0S 3P	825 500\$00	1 121 587\$00
SW 1.2ST 2P	899 600\$00	1 306 238\$00
SW 1.2ST 4P	952 700\$00	1 368 360\$00
SW 1.2ST 3P	886 400\$00	1 290 792\$00
SW 1.2ST 5P	931 800\$00	1 343 910\$00
GL 1.2ST 3P 5 Vel.	955 300\$00	1 371 400\$00
GL 1.2ST 4P 5 Vel.	1 004 200\$00	1 428 610\$00
GL 1.2ST 4P Super	1 050 900\$00	1 483 250\$00
GL 1.2ST 5P Super	1 037 300\$00	1 467 340\$00
GSI 1.6i 3P	1 377 900\$00	2 362 980\$00
MODELO DIESEL		
SW 1.5D 4P	1 170 700\$00	1 855 077\$00
SW 1.5D 4P	1 163 300\$00	1 846 419\$00
GT 1.5TD 3P (Turbo)	1 410 100\$00	2 145 120\$00
MODELO KADETT		
S 1.2S 3P	1 160 286\$00	1 611 795\$00
LS 1.2S 5P	1 211 881\$00	1 672 161\$00
LS 1.4NV 3P	1 239 940\$00	1 851 058\$00
LS 1.4NV 4P	1 314 262\$00	1 938 015\$00
LS 1.4NV 5P	1 301 155\$00	1 922 680\$00
GL 1.4NV 3P	1 330 952\$00	1 957 542\$00
GL 1.4NV 4P	1 393 917\$00	2 031 211\$00
GL 1.4NV 5P	1 367 607\$00	2 000 429\$00
GL 1.4NV 4P (LUXO)	1 555 786\$00	2 220 598\$00
GL 1.4NV 5P (LUXO)	1 529 571\$00	2 189 927\$00
GL 1.6S 4P	1 632 667\$00	2 661 613\$00
DIESEL		
LS 1.7DA 4P	1 495 679\$00	2 548 330\$00
CARAVANAS		
LS 1.4NV 5P	1 441 119\$00	2 086 438\$00
GL 1.4NV 5P	1 727 273\$00	2 421 238\$00
GL 1.6S 5P (LUXO)	1 731 571\$00	2 777 331\$00
DIESEL		
LS 1.7DA 5P	1 566 613\$00	2 631 344\$00
VECTRA		
GL 1.4NV 4P	1 763 107\$00	2 464 749\$00
GL 1.4NV 5P	1 812 143\$00	2 522 121\$00
GL 1.6NV 4P	1 853 202\$00	2 921 225\$00
GL 1.6NV 5P	1 902 238\$00	2 978 597\$00
GLS 1.6SV 4P	1 980 964\$00	3 070 706\$00
GLS 1.6SV 5P	2 030 833\$00	3 129 053\$00
GT 2.0SEH 5P	2 397 452\$00	5 259 996\$00
CD 2.0NE 4P	2 515 607\$00	5 398 237\$00
CD 2.0NE 5P	2 561 679\$00	5 452 142\$00
DIESEL		
CL 1.7D 4P	2 052 226\$00	3 201 076\$00
GL 1.7D 4P (METAL)	2 098 298\$00	3 254 980\$00
MODELO OMEGA		
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.)	2 466 400\$00	5 328 103\$00
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.) Tecto Abrir	2 576 400\$00	5 456 803\$00
Omega GLS 2.0i 4DR (Met.) Ar Condiç.	2 699 800\$00	5 601 181\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Sol)	2 012 100\$00	6 859 797\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Met.)	2 056 800\$00	6 912 096\$00
Omega GLS Caravan (Met.)	2 573 700\$00	5 453 644\$00
Omega GLS Caravan (Met.) Tecto Abrir	2 683 700\$00	5 582 341\$00
Omega GLS Caravan (Met.) T. Abr. Ar. Con.	2 917 100\$00	5 855 422\$00

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17.300\$00 e 44.700\$00 conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12h30 às 14h00, através dos Telefones 346 21 67/8 e 859 5016, após as 19h30. A. Pinto.

Outras informações: horas de expediente.

VI Colóquio da Imprensa Militar

Conforme noticiado já no nosso último número, o ELO foi convidado, mais uma vez, para estar presente no Colóquio da Imprensa Militar, tendo-se feito representar pelos seus Director e Chefe de Redacção, respectivamente, Patuleia Mendes e José Sande.

Este ano numa organização do «Jornal do Exército», que fez coincidir a sua realização com as comemorações do seu 30.º aniversário, o VI Colóquio teve lugar nas instalações do Instituto de Altos Estudos Militares —

que ela significa em termos de imagens das Forças Armadas, quer no âmbito interno quer externo das mesmas, têm aderido grande parte das revistas militares dos Ramos, de Serviços e de Unidades, para além das forças militarizadas ou paramilitares, assim como de organizações de ex-combatentes ou de estabelecimentos de ensino ligados ao meio militar, embora, e por enquanto (julgamos), apenas as sediadas na «Região» de Lisboa.

Este ano, para além do

«Mecanizado», «Nação e Defesa», «Pela Lei e Pela Grei» (GNR), «Polícia Portuguesa» (PSP), «Querer é poder» (Pupilos do Exército), «Revista da Armada» (EMA), «Revista Portuguesa de Medicina Militar», «Revista do Serviço de Administração Militar» e «REVISTA Militar».

No primeiro dia, e na sessão de abertura presidida pelo Vice-CEME, general Tomé Pinto, que se encontrava ladeado pelo Director do «Jornal do Exército», general Elmano Rocha e pelo Director Int.º do IAEM, brigadeiro Rodrigues Coelho, após as palavras de apresentação do Colóquio, proferiu uma interessante conferência o dr. José Lechner, professor de Jornalismo e consultor em Comunicação, de origem húngara mas há longos anos radicado em Portugal.

Subordinada ao tema «A evolução da Imprensa portuguesa nos últimos cinco anos», o orador fez a análise do caminho recente da nossa Comunicação Social escrita, quer em termos de «espaços» relativos, texto (publicidade, noticiário geral, artigos de fundo e outros) e imagem (fotografias, desenhos, quadros, etc.), quer em termos de número de páginas, de número de suplementos e de aparecimento, reaparecimento e desaparecimento de títulos, para além, claro, de tiragens e número de leitores.

Encerrada a sessão de abertura... *Continua*

Director do «Jornal do Exército» visita a ADFA

No seguimento de contactos feitos quando do VI Colóquio da Imprensa Militar, visitou a ADFA, no passado dia 24, o Director do «Jornal do Exército», general Elmano Rocha, o qual se fez acompanhar do seu Chefe de Redacção, Major Machado Dinis, nosso associado.

Recebidos pelo Director do ELO, Patuleia Mendes, os nossos convidados foram introduzidos na Sala da Direcção Central onde, em reunião informal, vários responsáveis pela Casa expuseram o que é e como funciona a Associação.

Assim, após breves palavras de apresentação, e agradecimento, proferidas pelo nosso Director, o Presidente da DC abordou o papel e objectivos da ADFA, referindo, entre outros aspectos, as grandes preocupações dos deficientes militares, nomeadamente o agravamento de doenças e o aproximar da 3.ª idade, tendo, depois, e em termos gerais, enunciado os vários campos por onde se expande a actividade da Associação, como a Formação Profissional, a questão da assistência hospitalar e o apoio social, o ELO, a participação no Conselho Nacional de Reabilitação, as relações internacionais, a FMAC e a organização do I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique, entre outros.

Realçando começar a haver uma nova política

de Poder, e da sociedade, em relação aos deficientes, através do reconhecimento da sua capacidade própria de participação e intervenção, quer individual quer associativa, José Arruda terminaria, sublinhando a solidariedade actual da instituição militar para com a ADFA.

Seguidamente, os responsáveis pelos vários departamentos da Sede fizeram breves análises dos seus serviços, seu âmbito

mação Profissional, como pela parte administrativa e financeira).

Por último, falou o general Elmano Rocha que, em sentidas palavras, expressou o quanto lhe era pessoalmente grato estar na Associação, sentindo-se bastante sensibilizado para toda a problemática exposta e profundamente impressionado pelo trabalho realizado e pela extraordinária força de vontade demonstrada pelos deficientes milita-



IAEM —, nos dias 9, 10 e 11 de Janeiro de 1990.

Tendo surgido em 1983, por iniciativa da revista da Força Aérea «Mais Alto», a estas reuniões de estudo e análise sobre a questão tão importante do papel da Comunicação Social em geral, e em particular do

«Jornal do Exército» (organizador) e do «ELO» (nós...), estiveram presentes, por ordem alfabética, «Azimute» (EPI), «Baluarte» (CEMGFA), «Boina Verde» (CTP), «Boletim Informativo do EME», «Combatente» (Liga), «Guarda Fiscal», «Mais Alto» (EMFA),



e funções, tendo intervenido os sócios Lopes Dias (GOS — Gabinete de Órgãos Sociais), Francisco B. Marcelino (Dep. Apoio Jurídico), Jorge Maurício (do sector socio-cultural, mas que também falou sobre a questão do Estatuto do Deficiente Militar, de cuja Comissão faz parte) e Sarmento Coelho (não só pela For-

res, estando, quer por si próprio, quer como Director do «Jornal do Exército», ao dispor para o que pudesse fazer.

A terminar a visita, o 2.º secretário da DC, Artur Vilares, apresentou o projecto da nova Sede, tendo a respectiva maquete sido observada com o máximo interesse pelos nossos visitantes.



★ UCNOD Novos Corpos Sociais

Como corolário do 4.º Congresso Nacional de Deficientes realizado nos dias 14 e 15 de Outubro p.p., na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense — Almada, tomaram posse, em 11 de Novembro, os Corpos Sociais da União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, cerimónia a que esteve presente o Presidente da DC da ADFA. Projecto sur-



gido em 1980, com a criação da Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, saída do 1.º Congresso Nacional de Deficientes, (ABR80), um ano antes da proclamação do Ano Internacional do Deficiente, pelas Nações Uni-

das, a UCNOD passou a ter, agora, os seguintes responsáveis:

Assembleia Geral —
Presidente: José A. Círiaco.

Vice-Presidente: José F. F. Gouveia; **1.º Secretário:** Jaime R. Calado; **2.º secretário:** António T. Fernandes.

Direcção Executiva —
Presidente: António M. G. Lampreia; **vice-presidente:** António J. A. Moita; **Secretário:** António J. M. Fonseca; **2.º Secretário:** José M. L. Dias; **Tesoureiro:** Angelina M. Baptista.

Conselho Fiscal —
Presidente: José C. M. P. Viana; **Vice-Presidente:** Joaquim M. Cardoso; **Secretário:** Luís A. M. Fonseca.

Jardim Escola «O BOSQUE»

Continuando a divulgar o nome, e o trabalho, de instituições que dão especial atenção a crianças deficientes, vamos hoje falar do Jardim Escola «O Bosque».

NOTICIÁRIO vário

Dirigido por Margarida Gomes (que por acaso descobrimos ser irmã do nosso ex-técnico de desporto, José Alberto Gomes), «O Bosque», sediada nos Olivais, é uma instituição de ensino regular, com pré-primária e primária.

Propondo-se facilitar a integração de crianças deficientes, recebe, entre as suas 140 educandas, 6 com deficiências motoras, já que não pode aceitar a frequência de mais, pois que a lei não permite senão dois destes alunos por sala, dado tratar-se, exactamente, de um estabelecimento de integração.

Vinte pessoas envolvidas no projecto, entre educadoras, professoras, estagiárias, auxiliares e uma psicóloga, desenvolvem o seu trabalho em áreas como música, línguas, educação física e dança, para além de visitas e passeios, trabalho em que são apoiadas, como factor de primeira importância na política da escola, pela presença e

companhia dos Pais das crianças.

Associação Portuguesa de Criatividade

Tendo, com o apoio do IEFP e do FSE (Fundo Social Europeu), levado a cabo cursos de «microinformática», no seu Centro



de Inovação para Deficientes (CIDEF), nos quais se inscreveram cerca de 150 formandos, a Associação Portuguesa de Criatividade procedeu à entrega dos respectivos diplomas, em Dezembro passado, em cerimónia a que estiveram presentes várias entidades, nomeadamente o dr. António Charana, Director dos Serviços de Reabilitação do IEFP (e personalidade bem conhecida da ADFA, em cuja sede já esteve várias vezes), o

qual, na ocasião própria, manifestou o seu apreço pelo trabalho desenvolvido pela APC e pela estreita colaboração que tem existido entre as duas instituições, o que vai permitir, em breve, o surgimento do Instituto de Engenharia de Reabilitação que, para além de Formação Profissional, visa também a investigação de equipamentos para deficientes.

A APC iniciou já, este mês, novos cursos de Formação Profissional.

Associação Nacional de Sargentos

A recém eleita Direcção da, também recente, Associação Nacional de Sargentos, leva a efeito, no dia 3 de Fevereiro próximo, um almoço-convívio, comemorativo do 31 de Janeiro, antecedido de uma sessão de esclarecimento e debate.

Deficiente... salvo por piratas!

Lemos, e não podemos deixar de referir!

Um português de 32 anos, radicado em França, para onde sua família emigrou há muito, tendo encetado uma viagem de travessia solitária do Atlântico, integrada na corrida de veleiros (6,5 m), Mini-Transapt, viu a sua aventura interrompida, na noite de 27 de Setembro passado, quando forte borrasca virou, em volta completa, partindo o mastro, o seu barco «Champagne-Ardenes». À deriva, José Gonçalves, de seu nome, viria a ser socorrido por um cargueiro misterioso, que o recolheu, tratou opticamente, e o deixou, uma semana depois, algures na costa da Galiza, e com dinheiro suficiente para despesas. Era um barco de contrabandistas...

Notável, no meio de algo já diferente, é o facto do velejador ter ficado parapléxico, num acidente de viação, quando tinha apenas vinte anos.

E vai voltar à corrida, para o ano. Aquele abraço, Zé!



FORMAÇÃO PROFISSIONAL

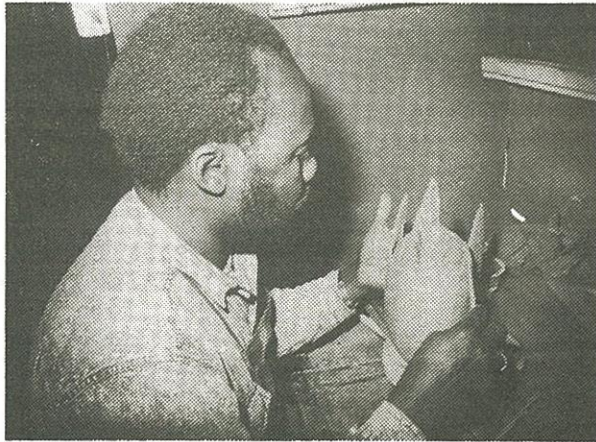
Conforme calendário previsto, e após efectuados os necessários testes aos candidatos, vão iniciar-se já em 1 de Fevereiro, os seguintes Cursos de Formação Profissional, na Sede:

— Área de «Reabilitação» — Cerâmica (1218 horas);

Área de «Qualificação pós-laboral» — Tecnologia TV/Vídeo 1 (253 horas);

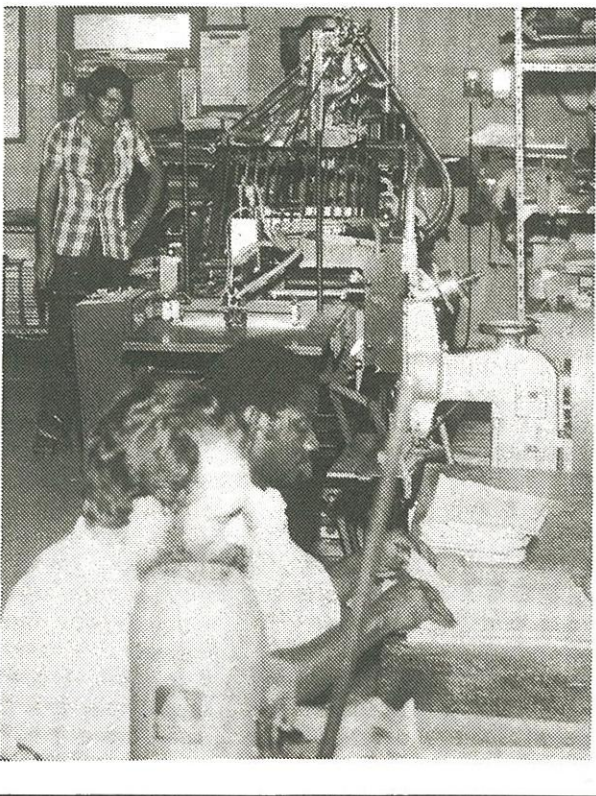
Área de «Especialização pós-laboral» — Electrónica digital (253 horas) e Pintura de cerâmica (1218 horas).

Em Março, dar-se-á início ao curso de «Electricidade Geral» (300 horas).



ADFA aposta na informatização e investe mais de vinte milhões, criando novos postos de trabalho!

Em Fevereiro, esperamos, reportagem e noticiário completo sobre a renovada tipografia da Associação.



DESPORTO

DESPORTO
DESPORTO
DESPORTO

Após alguma ausência nos nossos noticiários, eis que volta à actividade o desporto na ADFA, nomeadamente no que diz respeito à Sede.

Assim, podemos informar que a nossa equipa de basquete em cadeira de rodas está a disputar um torneio organizado pela APD/Sintra, com o apoio do Pelouro de Desporto da Câmara Municipal local.

Contando com a presença das representações da APD/Sintra, APD/Lisboa, GDR «A Joanita», CMR Alcoitão, para além da ADFA. O «BASINTRA — I Campeonato de Sintra» disputa-se em duas voltas, tendo já a nossa equipa realizado (e vencido por 32-17), o primeiro encontro com a APD/Sintra, no passado dia 28.

Decorrendo a maioria dos jogos no Pavilhão da Serra das Minas, em Rio de Mouro, eis o nosso calendário:

— 3FEV — ADFA-GDR «A Joanita» (16h30);

— 4FEV — ADFA-CMR Alcoitão (9h);

— 10FEV — APD-/Lx.-ADFA (15h);

— 17FEV — APD-/Sintra-ADFA (15h);

— 18FEV — GDR «A Joanita»-ADFA (10h30);

— 24FEV — CMR Alcoitão-ADFA (15h);

— 25FEV — ADFA-APD/Lx. (9h) e

— Entrega de prémios (12h).

Para finalizar este retomar de actividades, o apelo do seccionista, sócio José Carlos Pavoeiro:

SÓCIO:

Queres continuar a ser forte, saudável e activo, vem praticar desporto connosco nas seguintes modalidades:

— Basquetebol em Cadeira de Rodas

— Atletismo em Cadeira de Rodas e em Pé

— Tiro com Arco

— Futebol 5

— Gool Ball

Faz a tua inscrição na Sede da ADFA, Palácio da Independência, Largo de S. Domingos

1194 LISBOA CODEX

Esperamos por ti!

PONTO DE ENCONTRO

Há quase um ano, no Elo de Fevereiro de 1989, escrevemos, a propósito da reprodução de excertos do livro «Os Sinos de Bafatá», de Joaquim Ribeiro Simões: «Um pequeno apontamento final a este Ponto de Encontro. Certamente que haverá quem discorde dele. Como há quem questione a necessidade, mesmo oportunidade, de uma literatura sobre a guerra colonial. Diga-se, em abono da verdade, que há também quem afirme que ela já tardava... Que tal escreverem-nos a dar as vossas opiniões?»

Bom, ninguém nos escreveu, é um facto. Mas também é um facto o aparecimento, com certa frequência, de livros de autores nacionais, sobre este importante tema, tabu até há tão pouco tempo, quer romaneando experiências pessoais quer descrevendo e analisando situações mais globais.

E da relevância social do fenómeno se trata, dada a qualidade, mais do que a quantidade, dos textos publicados, se tem feito eco a crítica e o próprio público.

«Gente Feliz com Lágrimas», João de Melo, or-

ganizador da antologia, em 2 volumes, «Os Anos da Guerra — 1961/75 — Os Portugueses em África: Crónica, Ficção e História», foi distinguido, entre outros, com tão significativos galardões como o Prémio da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Municipal Eça de Queiroz (atribuído pela edilidade lisboeta) e, em Dezembro passado, o Prémio Fernando Namora (instituído pela Estoril-Sol), tendo merecido, na rubrica «De Caras», do «Diário de Lisboa», de 14 de Novembro de 89, a seguinte apreciação que não queremos deixar de transcrever, com a devida vénia, pelo que justifica e reforça, se tal fosse ainda necessário, a opinião de ELO sobre a importância fundamental da nova literatura da guerra colonial:

«JOÃO DE MELO, Prémio APE mercê do romance «Gente Feliz com Lágrimas», certamente se regozijou com nova distinção ao seu livro concedida: o Prémio Municipal «Eça de Queiroz de Ficção», ontem atribuído. hoje anunciado pelos meios de comunicação social. Não são estas linhas de mera apologia do autor, mas antes de aplauso

por a edilidade lisboeta (capital que foi de um Império que se transmutou em países livres) ter reconhecido na temática africana do escritor a generosidade democrática que impregna todas as suas linhas. Gesto, na verdade, relevante, isento de temores e preconceitos mesquinhos. Num momento crucial do panorama internacional, em que tudo está mudando em não se furtando Angola e Moçambique, o Prémio agora concedido sem dúvida que põe em evidência uma outra forma de encarar os factos, de assumir a realidade, de fraternalmente entender que todas as nações se devem dar ao diálogo. Refira-se ainda que pelos plainos africanos (a Namíbia, por exemplo, hoje contando os votos da independência) muita gente, por guerras intestinas a terminar, tem os olhos marejados de lágrimas, ansiando pela paz, pelo silêncio propício às palavras, pelos dias claros da construção social. João de Melo, nos seus escritos, sempre se bateu por esse ideal, título a título, parágrafo a parágrafo, a fim de que,

não mais olhe os céus, de olhos mortos, «o menino de sua mãe»...

Antes de terminarmos, dois ou três apontamentos que poderão ditar os próximos «Pontos de Encontro».

E comecemos por referir a publicação, com impressão na Tipografia-Escola da ADFA, de mais um livro do nosso associado Carmo Vicente, «LOURENÇO», que relata a experiência individual de um pára-quedista desaparecido em combate, em Angola, e do seu relacionamento com o grupo «inimigo» que o captura (história baseada em facto real), livro que tem prefácio de Joaquim Ribeiro Simões, precisamente o autor de «Os Sinos de Bafatá», citado no início deste artigo.

Finalmente, e em sequência dos contactos havidos aquando do VI Colóquio da Imprensa Militar (ver também este ELO), foram-nos entregues pelo Ten. Cor. Res., Rui de Freitas Lopes, quatro «projectos» seus de livros, com autorização para deles publicarmos o que entendermos.

Temos, pois, alguns «Pontos de Encontro» já marcados. Não faltem!

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

VISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
TERÇAS:	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
QUARTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUINTAS:	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

SEDE

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA dr.ª Paula Frazão	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL Dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.

As consultas efectuam-se todas no consultório médico da sede.

As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.

As sessões de Orientação Escolar e Profissional destinam-se a filhos de sócios e estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita para Anabela, no departamento de Formação Profissional, também pelos telefones acima indicados.

As consultas de sábado efectuam-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

NOVA SEDE

Finalmente a adjudicação! E ganha a aposta dos dois mil contos!

Enfim, o contrato de adjudicação da empreitada para construção da 1.ª fase da obra da nova Sede Social vai ser assinado!

De facto, garantidas as verbas necessárias para, com um mínimo de segurança financeira, através da atribuição do já anunciado novo subsídio de **cem mil contos** pelo Ministério da Defesa Nacional (e o renovar das nossas desculpas pela «gralha» de 1.ª página de Dezembro), embora ainda não firmados os apoios prometidos por outros Gabinetes, vai-se avançar para a assinatura, dentro de dias, do Contrato de Empreitada com a firma «Marques Inácio, Ld.ª», conforme os termos do Concurso levado a efeito.

Envolvendo uma verba de cerca de cento e cinquenta mil contos, os trabalhos desta 1.ª fase, a começar em meados de Fevereiro, deverão prolongar-se por oito meses, pelo que e julgando entretanto, serem já assumidos integralmente os restantes subsídios oficiais, poder-se-á estar em condições de, sem interrupção, continuar para a 2.ª fase da obra, não havendo mais atrazos, o que implica, sempre, um encarecimento escusado. Mas, acompanhando esta vontade de ganhar, a **SOLIDARIEDADE** invocada no último «ELO» provou, realmente, que não é coisa vã, e **FOI GANHA A APOSTA DOS 2000 000\$00** na nossa «Campanha de Angariação de Fundos», mercê, não só do contributo dos sócios, como também, e é justo realçá-lo, de um primeiro grande donativo particular (Mota & Companhia). De assinalar, ainda, o primeiro dinheiro do estrangeiro, vindo dos Estados Unidos (Mário Sá Couto — US\$50).

Transporte (15DEZ89) 1 425 200\$00

Rectificação: na relação de Dezembro houve um lapso que, embora não altere a quantia final, atribuí valores errados a dois donativos. Assim, deve ler-se que o sócio 7089, Manuel J. Raimundo deu 2000\$00 (em vez de 6000\$00) e o sócio 5496, Francisco J. S. Rei deu 5000\$00 (em vez de 1000\$00). As nossas desculpas pelo facto.

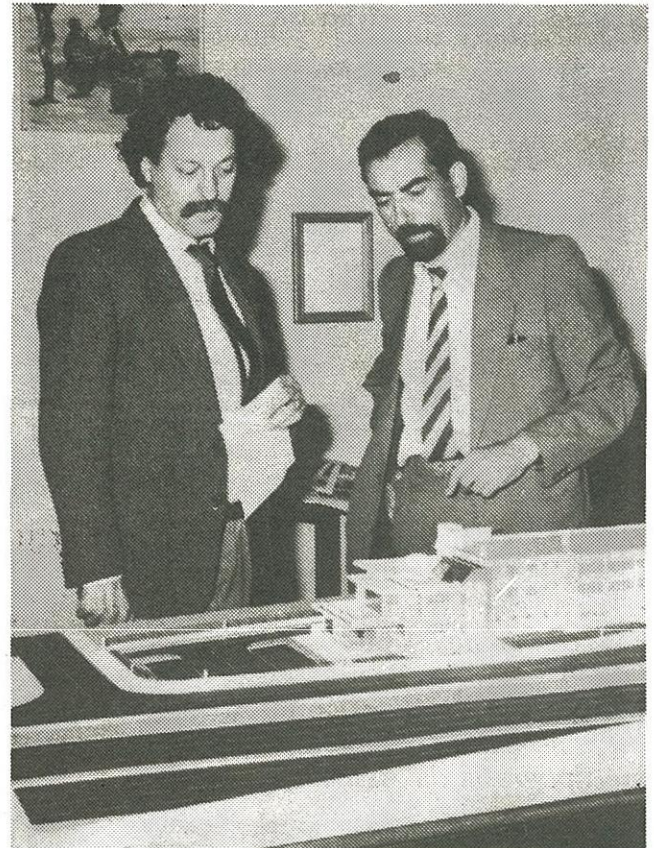
SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
<i>(Sede)</i>		
1034	António N. Augusto	10000\$00
1530	Alberto F. Henriques	10000\$00
9414	Carlos M. Lourenço	10000\$00
11524	Hélder V. Pereira	10000\$00
8640	Joaquim F. G. Santos	10000\$00
122	Manuel A. P. N. Pinto	15000\$00
1320	António J. A. Pato	10000\$00
2159	Amândio M. Pascoal	10000\$00
911	Rogério A. Lopes	10000\$00
2236	Juvenal E. C. Simões	10000\$00
8338	José S. Mateus	10000\$00
239	José A. N. Penedo	10000\$00
11521	José A. B. Raimundo	10000\$00
9994	António P. Pinheiro	10000\$00
3554	Manuel M. Fevereiro	10000\$00
7827	João M. P. Galvão	3000\$00
11960	José E. B. Correia	2500\$00
11217	António A. C. Cavaco	5000\$00
11227	José M. Ferreira	5000\$00
11742	Fernando A. Sousa	3008\$00
1509	Manuel L. Pereira	3000\$00
2316	Manuel E. M. Apolo	5000\$00
318	Arlindo Santos	5000\$00
11768	Manuel L. Almeida	5000\$00
11020	João C. R. Ribeiro	3000\$00
11449	José M. Silvério	2000\$00
6422	Horácio P. Cardoso	5000\$00
11121	António Maria	1000\$00
8858	Manuel C. Araújo	2000\$00
8467	Luís A. Teixeira	1000\$00
9433	Luís S. Santos	1000\$00
9227	Manuel G. Caseiro	1000\$00
11725	Joaquim R. Silva	400\$00
605	Maria C. P. Resende	5000\$00
8240	António M. Dâmaso	7000\$00
7907	Casimiro de Almeida	5000\$00
587	Albano S. Mota	1000\$00
9466	Dagoberto J. B. Campião	2000\$00

3866	Júlio O. Alves	1000\$00
10134	João G. Curto	1000\$00
10214	Júlio P. Ferreira	1000\$00
11057	Adília M. D. Amorim	1000\$00
2246	Feliciano A. D. Barata	5000\$00
693	Basílio A. Garcia	5000\$00
685	Aníbal Marques	5000\$00
500	Albino P. Silva	1000\$00
8426	Artur P. F. Almeida	5000\$00
7323	Alberto F. Fonseca	1000\$00
5376	Acácio Lopes	5000\$00
11097	Manuel F. B. Murteira	5000\$00
6700	Martinho Carlos	2000\$00
8255	Mário L. Ferreira	2600\$00
5921	Isidro A. M. Rodrigues	2000\$00
11456	Armando A. Oliveira	5000\$00
4863	Abel P. C. Pinto	2000\$00
837	José M. Sancho	2000\$00
10158	António J. E. Santo	5000\$00
10183	Manuel F. Almeida	2000\$00
10229	Manuel P. Henriques	2000\$00
<i>(Castelo Branco)</i>		
7478	Manuel T. Saraiva	2000\$00
9254	Manuel A. Miguel	5000\$00
10966	António M. Quintela	1000\$00
3293	José A. C. M. Barata	2000\$00
7286	Francisco R. Esteves	2000\$00
9250	José F. Martins	2000\$00
2757	José A. C. Gonçalves	1000\$00
9087	Adelino N. Carreiro	2000\$00
4172	António A. Nascimento	1000\$00
7378	José A. B. Oliveira	10000\$00
<i>(Faro)</i>		
8557	Ludgero D. N. Albino	1000\$00
<i>(Porto)</i>		
1462	Luís R. Silva	10000\$00
1770	José M. C. Silva	10000\$00
2738	Joaquim B. Pinto	10000\$00
2742	Alfredo R. Dias	2000\$00
7052	Carlos M. C. N. Almeida	5000\$00
3995	António D. Silva	5000\$00
<i>(Setúbal)</i>		
8648	Carlos F. S. S. Machinho	6000\$00
2365	Francisco A. Silva	1000\$00
9265	Armando D. M. Ferreira	1000\$00
9374	Zeferino A. Ribeiro	2000\$00
6800	José M. S. Fernandes	5000\$00
4636	Aristides F. Santinho	1000\$00
6644	Fernando M. G. Silva	1000\$00
9883	Albino L. Andrade	2000\$00
2077	António M. Pereira	1000\$00
11144	Manuel F. C. Borla	1000\$00
9534	Elieser J. Candeias	1000\$00
2333	Josué M. L. Lapão	1000\$00
3839	Adelino S. C. Alves	2000\$00
793	Manuel M. P. Gonçalves	2000\$00
2078	Domingos C. Pires	1000\$00
2367	Joaquim A. Raposo	2000\$00
4500	Manuel J. G. Caeiro	1000\$00
8300	António M. Nobre	1000\$00
1911	António F. Viana	1000\$00
6491	Miguel Delgado	10000\$00
1936	Francisco M. C. Vidal	5000\$00
1705	António C. Carvalhinho	2000\$00
<i>(V. N. Famalicão)</i>		
11972	Alberto J. F. Sá	5000\$00

N/SÓCIOS

NOME	QUANTIA
<i>(Sede)</i>	
Pedro L. Macedo	5000\$00
«Benjamim Barral»	50000\$00
José C. S. C. Isaac	1000\$00
«Mota & Companhia, SA»	250000\$00
Mário Sá Couto (DENEBC/CDMG/G-64- /66)	7350\$00
«Gestante»	20000\$00
António F. Vilardebó	3000\$00
A transportar (JAN90)	2 180 058\$00



Entretanto, e porque se torna necessário dar maior operacionalidade a todo o trabalho de acompanhamento da construção, quer em termos de gabinete quer em termos de terreno, foi decidido eleger uma Comissão destinada a assessorar a Direcção Central, nomeadamente, nos contactos com a Comissão de Fiscalização e a empresa construtora, a qual ficou constituída pelos seguintes elementos: 2.º Secretário da DC (que coordena) — Artur José Caldeira Vilares; Secretário do Conselho Fiscal Nacional — Armando Ramos Alves; Membro do Conselho Nacional por Lisboa — António dos Santos Carreiro; Responsável pelo DAGEF (Dep. Administrativo de Gestão Económica e Financeira/Sede) — João Manuel Sarmento Coelho e o Responsável pelo GOS (Gabinete do Órgãos Sociais/Sede), Manuel Lopes Dias. Finalmente, a terminar este rol de notícias, a de que a ADFA, em exposição dirigida à Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, requereu «... 8 — Nesta circunstância, atento o fim a que a obra se destina e à proveniência dos fundos necessários à sua construção, solicita-se a V. Ex.ª, a dispensa do pagamento do Imposto de Valor Acrescentado — IVA, em todas as matérias e serviços que digam respeito à execução da referida obra». Esperamos, também, que a resposta seja uma boa «contribuição» para a nossa campanha!

Afinal, ainda outra questão, antes de passarmos à relação de Janeiro: está já bastante avançado o estudo para a medalha da campanha da nova Sede, a qual, como foi noticiado, será atribuída aos sócios com contributos de dez mil escudos (ou mais, claro).

Última hora:

Em «última hora» podemos, realmente, informar que o contrato de adjudicação da empreitada da 1.ª fase da obra vai ser assinado no próximo dia 7 de Fevereiro, estando a Direcção Central a envidar todos os esforços e contactos no sentido da assinatura do Protocolo com os vários Ministérios, garantindo a atribuição dos subsídios prometidos, em fases e datas que permitam satisfazer os encargos assumidos pela ADFA, no devido tempo, de forma a obviar mais demoras na conclusão da SEDE NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS.